



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LORENA CORREIA DE JESUS

JARDIM DAS MANGABEIRAS E CHÁCARA DO MONTE
UM ESTUDO SOBRE A REQUALIFICAÇÃO URBANA EM SALVADOR

Salvador

2023

LORENA CORREIA DE JESUS

**JARDIM DAS MANGABEIRAS E CHÁCARA DO MONTE:
UM ESTUDO SOBRE A REQUALIFICAÇÃO URBANA EM SALVADOR**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Bahia, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior.

**SALVADOR
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FA)**

J58

Jesus, Lorena Correia de.

Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte [recurso eletrônico] : um estudo sobre a requalificação urbana em Salvador / Lorena Correia de Jesus. – Salvador, 2023.

101 p. : il.

Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 2023.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Cunha Junior.

1. Planejamento urbano - Cajazeiras (Salvador, BA). 2. Memória coletiva - Cajazeiras (Salvador, BA). 3. Comunidades - Desenvolvimento - Salvador (BA). 4. Quilombos. 5. Negros - Habitação. 6. Habitação - Política governamental. I. Cunha Junior, Henrique. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 711.4(813.8)

Responsável técnico: Ramon Davi Santana - CRB/5-1972

Bondade conhecia todas as misérias e grandezas da favela.
(Conceição Evaristo)



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
(PPG-AU)**

ATA Nº 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPG-AU), realizada em 16/11/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO nº. 1, área de concentração Urbanismo, da candidata LORENA CORREIA DE JESUS, de matrícula 2021100333, intitulada JARDIM DAS MANGABEIRAS E CHÁCARA DO MONTE: UM ESTUDO SOBRE A REQUALIFICAÇÃO URBANA EM SALVADOR. Às 16:00 do citado dia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, foi aberta a sessão pela presidente da banca examinadora Prof. HENRIQUE ANTUNES CUNHA JUNIOR que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. FABIO MACEDO VELAME, Profª. Dra. ANY BRITO LEAL IVO e Profª. Dra. GISELLY BARROS RODRIGUES. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pela presidente que passou a palavra à examinada para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pela candidata, tendo a banca examinadora APROVADO COM DISTINÇÃO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. GISELLY BARROS RODRIGUES, IFSP

Examinadora Externa à Instituição

Dr. FABIO MACEDO VELAME, UFBA

Examinador Interno

Dra. ANY BRITO LEAL IVO, UFBA

Examinadora Interna

HENRIQUE ANTUNES CUNHA JUNIOR, UFBA

Presidente

LORENA CORREIA DE JESUS

Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

À minha família, que me apoiou incondicionalmente em todos os momentos, especialmente aos meus pais Vilma e Rozemberg, aos meus avós Pedro e Maria Adriana (in memoriam), à minha tia, à minha irmã Adriana e ao meu companheiro Alfa, que são meu quilombo.

Aos moradores das comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte, que me receberam com carinho e me permitiram compartilhar suas histórias.

Ao meu orientador, prof. Henrique Cunha, que me guiou com sabedoria e paciência durante todo o processo.

Aos meus colegas de mestrado, que estiveram comigo nessa jornada, especialmente Eunice, que me apoiou e me ajudou a crescer como pesquisadora.

Aos meus colegas de trabalho, que forneceram dados e materiais essenciais para a realização deste trabalho.

Aos funcionários das bibliotecas, que sempre foram prestativos e atenciosos.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar os impactos da requalificação urbana promovida pela Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER) na dinâmica das comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte, localizadas no bairro de Cajazeiras VIII, na cidade de Salvador, Bahia, a partir das histórias contadas pelos seus moradores. Desde 2005, o Governo do Estado, por meio da CONDER, tem realizado intervenções físicas na região. Desde o início, a cidade de Salvador apresentou áreas de ocupação que ultrapassam os limites da cidade formal por meio de quilombos e terreiros. Esses pontos deram origem a bairros negros. A região de Cajazeiras também possui evidências históricas sobre ocupação por meio de quilombos e terreiros que datam antes da criação do Complexo Habitacional de Cajazeiras nas décadas de 70 e 80. Além disso, está situada em um bairro com maior presença de pessoas negras, de acordo com o censo do IBGE (2010). Essas pessoas são geralmente invisibilizadas pelas análises sobre a implementação de políticas habitacionais e estudos urbanos que priorizam classes econômicas. Sendo assim, a presente pesquisa se debruça sobre os relatos desses moradores para contar a história das comunidades, alcançando o objetivo proposto. Para tanto, a análise é baseada nos relatos dos moradores das comunidades, complementados com dados provenientes de plantas, censo do IBGE 2010, diagnóstico socioeconômico, projeto social e relatórios elaborados no âmbito da CONDER, além de materiais produzidos pela Associação de Moradores do Loteamento Jardim das Mangabeiras. Os resultados da pesquisa contribuem para o debate sobre as políticas públicas de requalificação urbana em Salvador e em outras cidades brasileiras.

Palavras-chaves: população negra; requalificação urbana; bairros negros.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the impacts of urban redevelopment promoted by the Urban Development Company (CONDER) on the dynamics of the Jardim das Mangabeiras and Chácara do Monte communities, located in the Cajazeiras VIII neighborhood in the city of Salvador, Bahia, based on the stories told by its residents. Since 2005, the State Government, through CONDER, has carried out physical interventions in the region. From the beginning, the city of Salvador has shown areas of occupation that exceed the limits of the formal city through quilombos and terreiros. These points gave rise to black neighborhoods. The Cajazeiras region also has historical evidence of occupation through quilombos and terreiros dating back to before the creation of the Cajazeiras Housing Complex in the 1970s and 80s. Furthermore, it is located in a neighborhood with a higher presence of black people, according to the IBGE census (2010). These individuals are generally overlooked by analyses of the implementation of housing policies and urban studies that prioritize economic classes. Thus, this research focuses on the accounts of these residents to tell the story of the communities, achieving the proposed objective. To do so, the analysis is based on the residents' accounts, supplemented with data from plans, the 2010 IBGE census, socioeconomic diagnosis, social projects, and reports prepared within the scope of CONDER, as well as materials produced by the Jardim das Mangabeiras Neighborhood Residents' Association. The research results contribute to the debate on public policies for urban redevelopment in Salvador and other Brazilian cities.

Keywords: Black population; Urban regeneration; Black neighborhoods.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Localização do bairro de Cajazeiras VIII
- Figura 2 - Vista aérea das comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte no bairro de Cajazeiras VIII
- Figura 3 - Mapa de Salvador em 1549
- Figura 4- Aquarela de Salvador 1819
- Figura 5- Campo Grande no fim do século XIX
- Figura 6 - Corredor da Vitória
- Figura 7- Mercado popular à beira do cais
- Figura 8 - Feira popular no Largo da Igreja da Conceição da Praia no fim do século XIX
- Figura 9 - Aguadeiras e lavadeiras
- Figura 10- Imediações do Forte de São Pedro e do Palácio da Aclamação no início do século XIX
- Figura 11 - – Região Metropolitana de Salvador e subdivisões de Salvador por áreas
- Figura 12- – Subdivisões de Salvador por áreas com indicação do bairro Cajazeiras VIII
- Figura 13 – Limites do bairro de Cajazeiras VIII
- Figura 14– Vista de satélite do cruzamento entre a Estrada da Paciência e as ruas principais de Chácara do Monte e Jardim das Mangabeiras
- Figura 15– Cruzamento entre a Estrada da Paciência e a Rua Direta de Mangabeira, rua principal da comunidade de Jardim das Mangabeiras
- Figura 16 - Cruzamento entre a Estrada da Paciência e a Rua Jaguaripe, rua principal da comunidade de Chácara do Monte
- Figura 17- Poligonal de intervenção de Jardim das Mangabeiras
- Figura 18 - Governador João Durval visita a construção dos conjuntos de Cajazeiras
- Figura 19 - Vista da Rua Barbara Batista Neves – Chácara do Monte
- Figura 20 - Comunidade de Jardim das Mangabeiras em 2007
- Figura 21 - Hidrografia de Cajazeiras VIII
- Figura 22- Rua Paulo Costa, conhecida como Rua das Torneiras
- Figura 23 - Rua Barbara Batista Neves – Chácara do Monte
- Figura 24 - Rua do final de linha da comunidade de Jardim das Mangabeiras
- Figura 25 - Relevo de Cajazeiras VIII
- Figura 26- Escadaria da comunidade de Jardim das Mangabeiras
- Figura 27 - Escadarias para acesso às casas – Jardim das Mangabeiras
- Figura 28 - Distância entre a rua principal de Jardim das Mangabeiras e a Rótula da Feirinha
- Figura 29 - Foto aérea da Rótula da Feirinha
- Figura 30 - Pontos importantes do bairro de Cajazeiras VIII
- Figura 31 - Pontos importantes na região de Cajazeiras
- Figura 32 - Caminhada do povo de axé nas ruas de Jardim das Mangabeiras
- Figura 33- Aniversário de 3 anos da Associação de Moradores
- Figura 34 - Foto antiga da Comunidade de Jardim das Mangabeiras
- Figura 35 – Reunião da CONDER com lideranças e moradores em 2008

Figura 36 - Reunião com a ex presidente da CONDER Maria del Carmem, hoje deputada estadual

Figura 37 - Entrega da 1ª etapa da obra em Jardim das Mangabeiras em 2011

Figura 38 - Parquinho entregue na 1ª etapa da obra

Figura 39 - Entrega da 2ª etapa em Jardim das Mangabeiras em 2017

Figura 40- Entrada da última etapa em Jardim das Mangabeiras em 2020

Figura 41- Vale da Fazenda Grande/Cajazeiras em 2007

Figura 42 - Casas na poligonal de Jardim das Mangabeiras em 2008

Figura 43 - Vista da poligonal de Jardim das Mangabeiras em 2009

Figura 44 - Campanha Não à violência contra as Mulheres em 2006

Figura 45 - Reunião da Comissão de Acompanhamento das intervenções físicas e sociais

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Estado da Bahia

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PLANDURB – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para Cidade de Salvador

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia

URBIS – Empresa de Habitação e Urbanismo da Bahia

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	13
2. INTRODUÇÃO	15
2.1 Metodologia e conceitos.....	19
3. URBANISMO BRASILEIRO E POPULAÇÃO NEGRA.....	26
3.1 Salvador e suas especificidades	28
4. OS MOVIMENTOS DE MORADIA EM SALVADOR	41
4.1 Estatuto da Igualdade Racial e Estatuto da Cidade: aproximações no direito à moradia	44
4.2 CONDER e sua atuação na política de habitação e urbanização integrada	46
5. JARDIM DAS MANGABEIRAS, CHÁCARA DO MONTE E SEUS MORADORES: HISTÓRIAS QUE SE ENTRELAÇAM	49
5.1 Localização geográfica e urbana de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte	52
5.2 História das comunidades e caracterização	59
5.3 Intervenções físicas e articulações políticas.....	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	93

1. APRESENTAÇÃO

Meus pais sempre tiveram orgulho da minha capacidade de me entreter por horas em meio aos livros. Filha de pessoas que só cursaram o ensino técnico e não eram chegados à leitura, eu era capaz de ler livros com muitas páginas em poucos dias. Por volta dos 10 anos, comecei a querer me ver nos livros. Foi assim que saí de leitora a escritora de livros que nunca serão publicados (foram deletados pela Lorena adolescente) e que tomaram horas das minhas férias no computador comprado a muito custo pelos meus pais. Meus livros retratavam adolescentes negras que, por “mera coincidência”, eram muito parecidas comigo em situações cotidianas e até banais. Hoje enxergo ali o início da minha vontade de contar histórias de pessoas negras como protagonistas de sua própria história.

Mesmo cursando Ciências Sociais na UFBA, esse desejo foi sendo esquecido ao longo dos anos e ao estudar imigrantes haitianos na graduação, eu não considerei raça na minha análise e o fato de serem pretos foi apenas citado no perfil desses imigrantes. Foi minha entrada no mercado de trabalho como socióloga na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) que me inquietou novamente para meu desejo de contar histórias de pessoas negras que eram alvos de políticas de urbanização e habitacionais, mas não eram protagonistas. Não eram vistas como detentoras de conhecimento suficiente para opinar no desenvolvimento de obras das quais seriam as principais beneficiárias.

Durante o período de 2014 a 2019, trabalhei na área de pesquisa socioeconômica em diversas comunidades de Salvador e Região Metropolitana, como Inferninho (Costa Azul), Alto do Cabrito, Baixa do Soronha (Itapuã), Pitanguinhas (Simões Filho), Baixa de Quintas, Jardim das Mangabeiras (Cajazeiras VIII), entre outras. Essas experiências me suscitaram questionamentos e críticas que precisavam ser analisadas cientificamente para que se servissem para construção de práticas mais justas com as comunidades beneficiadas.

Na minha infância toda, pude observar a importância desses laços entre pessoas negras nessas comunidades, ouvindo histórias dos meus pais e avôs paternos. São histórias sobre futebol de várzea, mula sem cabeça, fiados, empregos subalternos, vilas de casas sem infraestrutura adequada, travessuras, esgoto a céu aberto, que me ninaram por muito tempo. Essas histórias pessoais se confundem com

as histórias de formação de bairros de Salvador e relação entre os bairros. Elas só foram possíveis, pois aconteceram em espaços que foram se interligando de maneira sistêmica.

É assim que proponho essa pesquisa com a benção de Abdias Nascimento, que afirma...

O conhecimento científico que os negros necessitam é aquele que os ajude formular teoricamente – de forma sistemática e consistente – sua experiência de quase quinhentos anos de opressão. Haverá erros ou equívocos inevitáveis em nossa busca de racionalidade do nosso sistema de valores, em nosso esforço de autodefinição de nós mesmos e de nosso caminho futuro. Não importa. (Nascimento, 2019, p.287)

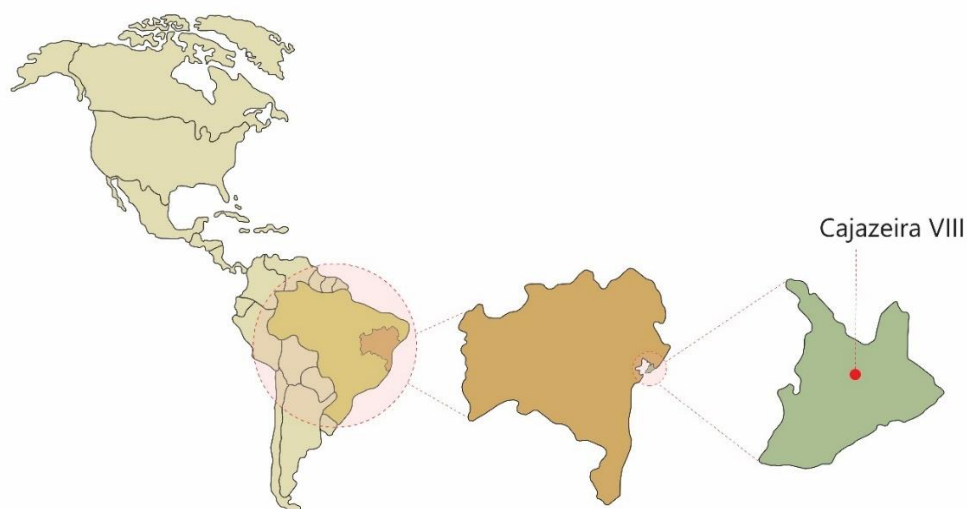
Com o meu mestrado, realizo meu sonho de contar histórias negras. Assim, minha pesquisa é, então, uma forma de contar histórias da população negra das comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte desde a sua formação até o processo de urbanização realizado pela CONDER, atentando para as dinâmicas da implementação e impactos na cultura negra no local. Assim, eu continuo a qualificar o debate, que comecei a debucar durante minha especialização em políticas públicas e projetos sociais, na qual falei sobre a participação social na elaboração da política habitacional do Estado da Bahia. E faço justiça à minha monografia ao dizer que a raça dos beneficiários importa e deve ser levada em consideração na análise sobre a implementação dessas políticas em territórios negros.

2. INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa analisar os impactos da requalificação urbana promovida pelo Governo do Estado na população negra das comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte, localizadas no bairro de Cajazeiras VIII, no município de Salvador/Bahia (Figuras 1 e 2), a partir das histórias contadas pelos seus moradores. As comunidades tiveram início na década de 90 por meio de loteamentos irregulares e ocupações às margens do conjunto habitacional de Cajazeiras VIII.

Figura 1 - Localização do bairro de Cajazeiras VIII

A título de orientação geográfica, temos na figura 1 diferentes escalas globais e regionais a fim de localizar o bairro de Cajazeiras VIII, em Sallvador, na Bahia, Brasil



Fonte: Thaís Brandão (2023).

Figura 2 - Vista aérea das comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte no bairro de Cajazeiras VIII



Fonte: CONDER (2023). Adaptada por Lorena Correia (2023).

O Complexo Habitacional Cajazeiras foi construído na década de 80 pela empresa pública, Urbanização e Habitação da Bahia (URBIS), com o intuito de ser uma cidade do interior com vistas a abrigar os trabalhadores do Polo Petroquímico de Camaçari. Rapidamente, ele se tornou um polo de atração de moradores mais pobres oriundos tanto da capital quanto do interior, sendo cercada por diversas ocupações e loteamentos irregulares. A permanência dessas ocupações não foi pacífica, sendo alvo de repressões policiais, desmoralização da imprensa baiana e ações judiciais e institucionais de reintegração de posse.

Paralelamente, por meio da mobilização das organizações comunitárias, principalmente a Associação de Moradores de Jardim das Mangabeiras, as comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte foram contempladas por projetos de requalificação urbana com intuito de melhorar a qualidade de vida dos residentes. Em 2005, foram atendidas por obras oriundas de emenda parlamentar do então deputado federal Nelson Pelegrino (Partido dos Trabalhadores), executada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Posteriormente, passaram a ser atendidas pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), por meio da ação de Urbanização de Assentamentos Precários, que tem como propósito

a elevação da qualidade de vida urbana por meio da implantação de ações necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população, prioritariamente de baixa renda, localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social (MINISTÉRIO..., [20--], p.3).

Há quase 20 anos, as comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte vêm passando por intervenções físicas a fim de garantir a qualidade de vida dos moradores. Desse modo, partindo da hipótese que a poligonal de Jardim das Mangabeiras apresenta aspectos socioculturais que a caracterizam como bairro negro, buscamos compreender as transformações causadas pela atuação do Estado num espaço urbano marcado pela negritude e os impactos na vida dos moradores. É importante ressaltar que um bairro negro, no que tange à sua formação e dinâmica, é transpassado pelo racismo antinegro que se manifesta em diversas nuances, sendo o bairro palco de disputa por diversos atores estatais e não estatais, que foram impactando na vida dos moradores ao longo dos anos.

Assim, temos como objetivo geral analisar os impactos da requalificação urbana promovida pela CONDER na dinâmica das comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte em Salvador/BA. Os objetivos específicos são: caracterizar as comunidades de Jardim Mangabeiras e Chácara do Monte nos aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos e raciais; entender a dinâmica da requalificação urbana na vida dos moradores; identificar os atores governamentais e não governamentais envolvidos na implementação da política habitacional e suas contribuições consideradas relevantes na tomada de decisões pelo poder público.

Os estudos acerca das segregações urbanas brasileiras datam da década de 1940 e ganham maior visibilidade no final de 1980. No entanto, apenas na primeira década de XXI, atenta-se para as complexidades do fenômeno da segregação urbana, incluindo a questão racial. Entende-se que a segregação foi um fato histórico imposto aos negros historicamente (Panta, 2020). Embora combatido nas ciências, o pensamento eugenista e o branqueamento, os quais levaram a expulsão da população das áreas mais valorizadas das cidades brasileira, ainda dominam as implementações das políticas urbanas, “através do intenso empenho de deslocamento forçado desse grupo para as periferias pobres, sobretudo após abolição da escravatura” (Panta, 2020, p.97).

Ademais, o Brasil impõe tarefas desafiadoras para o planejamento urbano. Para não cair em “ideias fora do lugar”, característica do planejamento urbano brasileiro, é necessário conhecimento da realidade empírica aliada a informações científicas sobre o objeto (Maricato, 2011). Há uma dificuldade dos pesquisadores do urbanismo em elaborar propostas, pois creem que o planejamento é função do Estado e esse está a serviço das classes dominantes e, portanto, é impossível ter um planejamento democrático e igualitário (Maricato, 2011).

No que tange aos bairros negros, os desafios se tornam maiores, pois suas especificidades não são pensadas na formulação e implementação e políticas públicas na área de urbanização.

Um agente determinante na causa de transtornos para a produção da qualidade de vida e do combate às desigualdades sociais é a produção do espaço público da cidade não levar em conta a cultura e as problemáticas da população negra (Cunha, 2019, p. 15)

Nos projetos de reurbanização de favelas, é importante que haja uma base conceitual e estrutural sobre as especificidades da população negra (Cunha, 2019).

Diante desse cenário, devido às especificidades apresentadas anteriormente, as comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte, localizadas em Cajazeiras VIII, se tornam lócus rico para compreender a implementação das políticas de urbanização de assentamentos em bairros negros em Salvador. Durante a revisão de literatura acerca da comunidade, percebemos que há pouca literatura específica sobre a comunidade que é retratada, principalmente, apenas como uma ocupação espontânea e carente de serviços básicos.

A escolha do sujeito pesquisado procura subverter a lógica de carência ao entender o bairro a partir das suas manifestações culturais e sociais, articulações políticas das lideranças comunitárias, a dinâmica das obras de urbanização da CONDER e, principalmente, o papel da população negra nelas.

Sendo assim, a importância desta pesquisa consiste em oferecer elementos para análise de políticas públicas ao se debruçar na implementação de políticas de urbanização em um bairro negro, compreendendo os impactos e as nuances. As particularidades de atuação em bairros negros devem ser pensadas acadêmica e politicamente a fim de garantir a melhor efetivação dessas políticas.

2.1 Metodologia e conceitos

Para alcançar os objetivos propostos, optamos pelo método afrodescendente que é uma abordagem metodológica do campo de pesquisa empírica voltada para pesquisadores que já possuem envolvimento prévio com o tema de pesquisa (Cunha, *s.d.*). Logo, as minhas considerações estão relacionadas às vivências tanto pessoal quanto profissional como funcionária da CONDER desde 2014 com atuação em acompanhamento do trabalho social desenvolvido nas obras de requalificação urbana de Salvador.

Outrossim, nesse método não há pretensão de generalizar as formulações, sendo o território uma das delimitações dessa pesquisa (Cunha Junior, 2019; Cunha Junior, 2006 apud Cunha, *s.d.*). Paralelamente, existe o caráter particular (não generalista) do estudo de caso, o que não impede as contribuições sobre o sujeito pesquisado. Dessa forma, houve a investigação aprofundada do estudo de caso nas comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte, localizadas no bairro do Cajazeiras VIII no município de Salvador- Bahia.

Assim, o estudo de caso pode basear sua coleta de dados em diferentes fontes de evidência (documentação, registros em arquivos, observação participante, observação direta, entrevistas, filmes, entre outros) e entre elas não existe hierarquização e sim uma complementariedade (Yin, 2013). Desse modo, pretende-se adotar a estratégia de triangulação, caracterizada pela combinação de métodos, tendo a predominância qualitativa.

Consideramos que a vida é um fenômeno narrativo e a palavra inventa o mundo por meio dos sentidos (Nogueira, 2022). Partindo desses pressupostos, houve a escolha metodológica de trazer os relatos transcritos dos moradores. O objetivo não é dar voz aos moradores, pois entende-se que eles têm vozes próprias e que se fazem ouvir no meio político e no seu cotidiano. A intenção é que nossa narração sobre as comunidades tenha interlocução direta com as narrativas dos seus moradores e que os leitores possam se deleitar com a riqueza dessas falas que engrandecem a pesquisa científica.

Dessa forma, houve a realização da observação direta e de entrevistas semiestruturadas com as lideranças da comunidade, moradores importantes e atuais e ex funcionários da CONDER. No que tange às entrevistas com lideranças e moradores, foram priorizadas entrevistas com pessoas negras, respeitando a

disponibilidade e o interesse dos participantes. No entanto, entendemos como necessária a presença de narrativas de pessoas não negras importantes na trajetória da comunidade.

Além disso, os relatos foram associados à coleta de dados secundários. Para tanto, o estudo teve como fontes de pesquisa: o registro em arquivos da CONDER, especificamente os projetos físicos e sociais; diagnósticos socioeconômicos; legislações referentes à habitação, ao desenvolvimento urbano e à cidade nos âmbitos estadual e federal; dados georreferenciados provenientes do INFORMS (Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia), COSOC (Coordenação Social), COREF (Coordenação de Regularização Fundiária) - setores vinculados à CONDER.

Também foram consultados os registros em arquivos das instituições públicas Biblioteca da CONDER, Biblioteca Pública do Estado da Bahia e Biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira, especificamente matérias de jornais, projetos físicos e Plano Diretor.

A fim de avançar na discussão sobre a implementação de políticas urbanas em bairros negros de Salvador, existe a articulação conceitual entre racismo antinegro e população negra, quilombo, quilombagem e quilombismo e bairros negros.

RACISMO ANTINEGRO E POPULAÇÃO NEGRA

O racismo antinegro substituiu o escravismo criminoso após a abolição da escravidão e é um sistema de dominação e continuidade dos poderes da população branca sobre a população negra (Cunha Junior, 2021). Realizado no capitalismo brasileiro, o racismo perpetua a desigualdade social, econômica, cultural, política e urbana sobre a população negra (Ferreira, 2019).

Sendo assim, o conceito permite compreender a situação social, política, cultural e econômica da população negra, “tendo como base um marcador transdisciplinar das ciências na forma da percepção da complexidade sistêmica” (Cunha, 2019a, p.10).

Ao discutir o racismo, estamos abordando grupos de pessoas que compartilham uma história comum e têm um certo grau de identidade formado dentro da estrutura social (Cunha Junior, 2021). Portanto, adotamos o uso do termo população negra, pois a terminologia

é pensada com relação a história e a geografia. Também não é apenas a cor da pele que define as relações, elas estão imbricadas nas estruturas e se relacionam com a cultura, a política, as relações sociais e a geografia. As problemáticas vividas pelas populações negras tem perfis diversos nas diversas localidades do país, as vezes na mesma cidade, variando entre os bairros (Cunha, 2019b, p.20).

O racismo se perpetua por meio de coações físicas, morais e ideológicas. Há tanto a depreciação das culturas negras quanto as segregações espaciais de habitação (Cunha Junior, 2021).

QUILOMBO, QUILOMBAGEM E QUILOMBISMO

Após a proclamação da República, a forte repressão à negritude trouxe novos desafios à população negra brasileira. Assim intelectuais e militantes negros se debruçaram sobre a história e cultura africana e afrodescendente a fim de produzir resistência ao apagamento do negro promovido pelo Estado e elite branca. Desse modo, houve a valorização do quilombo como símbolo de resistência ao escravismo criminoso.

Durante o período colonial, o quilombo foi um sistema de organização de negros escravizados em busca de liberdade e dignidade após fugas dos escravizadores. Carregado de conotações políticas e de resistência, o quilombo, então, torna-se central nas contribuições teóricas de três grandes intelectuais negros brasileiros. São eles: Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento e Clóvis Moura.

Para Beatriz Nascimento (1985), o quilombo se apresenta como forma de resistência cultural no processo de autoafirmação étnica e nacional, se tornando um instrumento fundamental articulado com instituições semelhantes para o reforço de uma identidade cultural. Enquanto, o quilombo constituiu-se centro organizacional da quilombagem, conceito criado por Clóvis Moura (2001), e estabelecia uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema dominante. A quilombagem foi, portanto, um movimento de rebeldia permanente e organizado pelos escravizados em todo o território nacional durante o período do escravismo brasileiro. Além disso, é importante salientar que o movimento emancipacionista antecedeu o movimento liberal abolicionista.

Enquanto, o quilombismo, conceito desenvolvido por Abdias Nascimento (2019), defende que a superação da estrutura vigente, pautada na opressão que se dá por meio da teorização “científica” acerca da propagação da inferioridade negra,

do mito de “democracia racial” e miscigenação compulsória. E pauta um conhecimento científico que se debruce sobre a realidade de dominação do povo negro (Nascimento, 2019). Essa formulação está relacionada ao panafricanismo que “foi durante todo século vinte um celeiro de ideias e de proposições teóricas e práticas para a implementação da possibilidade de uma autonomia de pensamento das populações africanas e afrodescendentes com relação à ciência e à dominação eurocêntrica” (Nascimento, 2019, p.10).

Sendo assim, as três preposições se articulam a fim de fazer uma releitura das histórias oficiais que colocam os negros como inferiores e passivos diante das mazelas do escravismo criminoso e do racismo antinegro. E há a necessidade de se entender que esse grupo lutou e luta muito até hoje. Assim, podemos articular com Chimamanda Adichie (2019) que sinaliza que não devemos nos limitar a uma única história sobre um lugar ou poder a fim de evitar a perpetuação de estereótipos, preconceitos e ignorância. No que tange a favelas e ocupações, lugares que historicamente concentram a população negra, os estigmas de violência, pobreza e ausência são os mais propagados e estudados. Nesse sentido, a dissertação busca subverter essa lógica ao trazer histórias contadas pelos moradores sobre o lugar em que residem e lutam pelos seus direitos.

BAIRROS NEGROS

Ao abordamos bairros negros como um dos conceitos centrais para o desenvolvimento da pesquisa, reconhecemos que existem duas abordagens distintas e válidas que trazem como contribuição o pensar a cidade de maneira não hegemônica, trazendo raça como necessária para falar da construção do espaço urbano.

A arquiteta e urbanista Maria Estela Ramos apresentou um conceito de bairro negro pautado na cultura na sua tese de doutorado “Bairros negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos: um estudo empírico conceitual no bairro Engenho Velho da Federação” (2013). Nela a autora buscou “compreender como corpos sociais urbanos imersos nas culturas negras conformam o espaço” (Ramos, 2013, p.8), entendendo que a relação entre formas culturais negras e o urbano acontecem de maneiras variadas, como terreiros, festas, quilombos. Para o trabalho em específico, ela optou pelo terreiro como meio de identificar um bairro negro, “assim designado pela

experiência singular e seus elementos constituintes que configuram uma *forma urbana negra*” (Ramos, 2013, p.13)

Para fins de pesquisa, adotaremos o conceito de bairro negro do professor Henrique Cunha Júnior que possui cunho sociológico, mais pautado na sociabilidade e sociologia urbana. Assim, os bairros negros são entendidos como “áreas geográficas de existência de formas de vida da população negra, obstruídas e limitadas pelas estruturas do racismo estrutural antinegro” (Cunha, 2019a, p.10) e também a síntese da questão socioestrutural dele (Cunha, 2019b).

Desse modo, podemos pautar nossa análise de bairros negros por meio de eixos estruturantes. São eles: 1) historicidade, memória negra e afro-inscrições; 2) ofícios, trabalho, ocupação e atividade econômica da população negra; 3) mulheres negras; 4) sociabilidades negras; 5) religiosidades negras; 6) manifestações culturais negras; 7) racialização do espaço urbano. Esses eixos articulam-se e nos possibilitam caracterizar um bairro como negro. Ao nos debruçar sobre os eixos, podemos qualificar ainda mais a conceituação de bairros negros.

Nesse sentido, a historicidade, memória negra e afro-inscrições nos fazem refletir que muitos espaços geográficos se desenvolvem

[...] produzindo um território habitado por populações anônimas nas inscrições produzidas e depois surgem as ocupações oficiais. Nesses territórios, é o que foi dado ao longo de toda história do Brasil marcante a concentração de populações negras, na qual a figura do africano é definida como colonizador (Querino, 1918 apud Silva, 2018).

Os quilombos e terreiros de candomblé possibilitaram o surgimento de bairros. O geógrafo Andreilino Campos (2010, p.24) aponta que relacionar espaço quilombola e espaço favela é “admitir que as populações pobres, através de suas apropriações dos espaços periurbanos, ilegais à luz do poder público, participaram da construção do espaço urbano das cidades”. Especificamente em Salvador, assim à revelia do sistema escravocrata, quilombos, símbolos de resistência negra, foram construídos no entorno da cidade e representam o início do povoamento de vários bairros em Salvador (Barbosa, 2009).

No que tange ao segundo aspecto, podemos analisar como ofícios, trabalho, ocupação e atividade econômica da população negra são importantes para leitura sobre bairros. Os negros escravizados e libertos exerciam várias funções que eram decisivas para a construção e funcionamento da cidade. São elas: comércio,

transporte de cargas e pessoas, saneamento básico, descarte de resíduos sólidos, produção de carvão, fabricação de ferragens, entre outras.

A importância da mulher negra também deve ser destacada. Com atividades diversas, elas ocupavam os espaços urbanos de Salvador, principalmente como ganhadeiras e quitandeiras. O que remota à tradição de etnias africanas nas quais o comércio e o mercado são atividades predominantemente femininas. Ao contrário das mulheres brancas, as ruas sempre foram das mulheres negras. Elas representavam autonomia e comando apesar do escravismo criminoso (Cunha Júnior, 2021; Cunha Júnior, 2023). A presença delas foi acompanhada de tentativas do Estado de desintegrar sua organização por meio de códigos de moral e de conduta que regulamentavam o viver feminino na época.

Outrossim, a cultura negra sempre é um fator a ser analisado na formação de bairros negros seja por meio das sociabilidades (agremiações e clubes negros), das religiosidades (candomblés, irmandades negras etc.) e das manifestações culturais (afoxés, reisados, hip hop, funk, reggae, rap, entre outras).

Assim para analisar a dinâmica de um bairro negro, é necessário atentar-se a todos esses fatores aliados à racialização do espaço urbano. Após a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889, o Brasil continuava com ideias higienistas que tinham como foco apagar as marcas da negritude no seu território. As consequências foram diversas: imensa repressão a culturas africanas, imigração europeia financiada pelo Estado, fortalecimento do eurocentrismo e brancocentrismo, repressão a movimentos de negros.

No urbanismo brasileiro, africanos e afrodescendentes determinavam a dinâmica urbana de cidades brasileiras. Nesse sentido, o apagamento dos traços coloniais propostos por reformas urbanas tinha como objetivo também apagar as marcas da negritude nas cidades brasileiras. Além disso, houve a imposição do deslocamento das populações negras que se concentravam nos centros das cidades para suas zonas mais periféricas.

É evidente que a maioria dos espaços urbanos no Brasil e na América Latina não é desenvolvida conforme a legislação urbana. O que concebe uma dinâmica na qual a lei define o que é permitido ou proibido, criando territórios que estão dentro ou fora da legalidade e afetando o acesso à cidadania (Rolnik, 1997). Sendo assim, a aplicação das leis urbanas impacta os diferentes grupos sociais. Certas áreas urbanas

são marcadas por processos de exclusão e marginalização, em que os moradores são vistos como estando fora da lei ou marginalizados.

Essa reflexão pode ser relacionada com as dinâmicas presentes nos bairros populares em geral, mas também com os bairros negros os quais estão imersos na concepção de que existiu o escravismo criminoso no Brasil e também na relação sinérgica entre capitalismo e racismo antinegro, raça e classe econômica, que perpetua desigualdades.

3. URBANISMO BRASILEIRO E POPULAÇÃO NEGRA

O presente capítulo versa sobre o urbanismo brasileiro e população negra, abordando, principalmente, o desenvolvimento urbano de Salvador. Assim procura trazer as bases para pensar Salvador como uma cidade construída por pessoas negras, buscando referências que permitem refletir sobre sua ocupação e expansão urbana para além da cidade formal. Buscamos também, por meio da revisão de literatura, as ideias que pautam as reformas e requalificações urbanas promovidas na cidade e que vão impactar direta ou indiretamente no bairro de Cajazeiras VII, objeto do nosso estudo.

O racismo antinegro é ideologia estruturante do projeto nacional desde a colonização portuguesa até a República. Assim, ele também perpassa a formação da forma urbana das cidades brasileiras (Cunha Júnior, 2019a). Entende-se que “racismo antinegro é uma forma de dominação realizada no capitalismo brasileiro e que produz a desigualdade social, econômica, cultural, política e urbana sobre a população negra” (Ferreira, 2019, p.81).

Durante toda a história brasileira, embora não tenham devido reconhecimento, os africanos e seus descendentes ocupam lugar central na formação das cidades brasileiras. No Império, as principais cidades brasileiras tinham como força motriz o trabalho de africanos escravizados que englobava desde afazeres domésticos ao comércio, transporte de pessoas e produtos (Cunha Júnior, 2019a). E, portanto, ocupava o espaço público das cidades, imprimindo suas marcas no espaço urbano.

A partir da proclamação da República em 1889 e o fim do escravismo criminoso, houve ações sistemáticas do Estado brasileiro com o objetivo de apagar as marcas da população negra na sociedade, impulsionadas pelas teorias eugenistas. Os negros livres e recém libertos tornaram-se alvos de perseguição por meio de políticas públicas em várias áreas, como urbanização e cultura, pois era difundido entre elites intelectuais e políticas o eugenismo, no qual o negro era retratado como inferior e causa do atraso no desenvolvimento do país (Araújo, 2015).

Dessa forma, na Primeira República, predominavam as discussões sobre a eugenia e autores com destaque, como Monteiro Lobato, Nina Rodrigues, Aleixo Vasconcellos, se debruçaram na biogenética para respaldar políticas para exclusão social do negro na sociedade brasileira. Ao associar os negros aos males brasileiros, em meados do século XIX o Estado promoveu a migração europeia para o trabalho

nas lavouras de café e na indústria no Sudeste em detrimento do trabalho dos negros livres, a miscigenação com vistas ao embranquecimento, perseguição à cultura afro-brasileira com proibição de terreiros de candomblé e de rodas de capoeiras por meio das delegacias de jogos e costumes, entre outras medidas.

A demanda habitacional era problema após a promulgação da Lei de Terras em 1850. Historicamente, esses problemas tornaram-se mais evidentes a partir do século XIX. A Lei de Terras, promulgada em 1850, estabeleceu mudanças no acesso à terra, que até então ocorria por meio de sesmaria, enfiteuse, aforamento, cessão, apossamento, entre outros. A compra de terras públicas passou a acontecer por meio de compra e venda.

Um dos objetivos da Lei de Terras foi exatamente impedir que os imigrantes e os trabalhadores brancos pobres, negros libertos e mestiços tivessem acesso à terra. Seu efeito prático foi dificultar a formação de pequenos proprietários e liberar a mão-de-obra para os grandes fazendeiros. Dessa maneira, foi barrado o acesso à terra para a grande maioria do povo brasileiro, que sem opções migrou para os centros urbanos ou tornou-se bóia-fria. Outros continuaram no campo como posseiros, numa situação de ilegalidade, sem direito ao título de propriedade. (Prezia; Hoomaert, 2000, p. 88 apud Freire, 2010).

É preciso atentar que, com a abolição da escravatura em 1888, intensificou-se o surgimento de cortiços que atendiam às demandas habitacionais das populações negras recém libertas. Logo, os cortiços foram associados a focos de doença. Assim, as reformas urbanas ocorriam juntamente com as reformas sanitárias: os negros eram ligados às doenças.

Nesse sentido, as reformas urbanas promovidas entre o final do século XIX e início do século XX se caracterizam por um urbanismo moderno “à moda” da periferia, no qual foram realizadas obras de saneamento básico a fim conter epidemias, promover embelezamento paisagístico e subsidiar a expansão do mercado imobiliário capitalista (Maricato, 2011). E, por isso, ainda que não houvesse sido apresentada uma alternativa habitacional à população, tentou-se erradicá-los.

Ao analisar o fenômeno, é preciso descortinar a finalidade, pois as reformas urbanas, a partir da República, visavam expulsar os negros e os seus negócios. assim como eliminar irmandades e cemitérios (Cunha Júnior, 2017).

Em 1930, devido à industrialização crescente e à estruturação do comércio, iniciou-se um intenso fluxo migratório das populações rurais em direção às grandes

idades. E, por não haver um ordenamento adequado à acomodação de tal contingente de pessoas, começaram a proliferar ocupações ditas ilegais e produções habitacionais inadequadas.

É importante destacar que a urbanização e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foram perpassados pela segregação dos negros tanto no meio rural quanto urbano. Não houve pelo Estado brasileiro ações consistentes voltadas para a inclusão socioeconômica após a abolição, impossibilitando a mobilidade econômica desse grupo, o que levou a forte presença dos mesmos nas habitações precárias.

3.1 Salvador e suas especificidades

No Nordeste brasileiro, localizada na Baía de Todos os Santos, em 1549 Salvador foi fundada pelos portugueses como a primeira sede do Governo Geral do Brasil. Anteriormente, uma vila de indígenas, composta por casas multifamiliares e roças (Azevedo, 1949), o local foi escolhido por motivos estratégicos: controle do litoral e proteção com possíveis ataques de indígenas e estrangeiros. Em virtude de sua posição estratégica nas rotas do comércio transoceânico, aliada à boa oferta de água e alimentos, Salvador apresentou grande importância comercial e política no Império Português (Domingues, 2017) até 1753 com a transferência da capital para o Rio de Janeiro.

Durante o período colonial, o Porto de Salvador, situado na freguesia¹ da Conceição da Praia, se destacou pela exportação de matérias primas, mas também seu cais era o principal centro de tráfico negreiro, tendo recebido 1.172.575 escravizados africanos contra 797.924 desembarcados no Rio de Janeiro (Domingues, 2017). O grande fluxo de pessoas escravizadas atendia às demandas internas de Salvador, mas principalmente aos engenhos de açúcar existentes no Recôncavo Baiano, região que possuía a maior produção açucareira da Capitania. Ademais, também ofertava mão de obra para extração de ouro e outros minerais em Minas Gerais (Domingues, 2017).

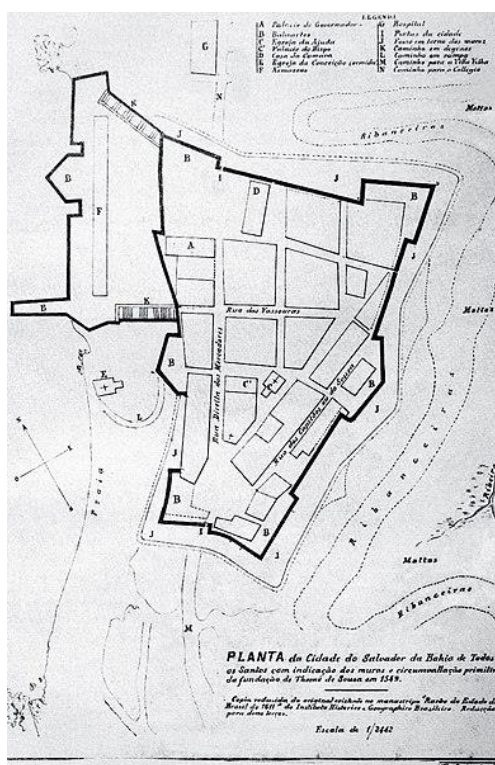
Com a alcunha de maior porto negreiro do tráfico atlântico (Domingues, 2017), Salvador foi ocupada por senhores de engenho, comerciantes de escravizados e

¹ “Freguesia é o termo utilizado para definir a divisão eclesiástica da cidade” (PINHEIRO, 2011, p.176). As freguesias eram espaços materiais limitados onde os habitantes estavam localizados e esses limites foram criados por iniciativa da Igreja Católica e eram usadas também pela administração públicas (NASCIMENTO, 2007).

tripulantes e também por pessoas escravizadas e livres que vendiam vários tipos de mercadorias e prestavam serviços. O trabalho negro não movimentava apenas o comércio de Salvador, mas contribuía de forma contundente para o desenvolvimento e construção da cidade.

Em 1549, a construção da cidade se deu por meio de um plano e estatuto de cidade trazidos de Portugal por Tomé de Souza (Figura 3) (Santos, 2008). Portanto, na fase que compreende 1549 até final do século XVI, podemos observar que o centro está adaptado à topografia e possui plano regular, em que suas ruas se cruzam em traçado retilíneo (Santos 1959a apud Pinheiro, 2011).

Figura 3 - Mapa de Salvador em 1549



Fonte: Sampaio [s.d.]

Em virtude da falha geográfica, o núcleo matriz se dividiu em Cidade Alta e Cidade Baixa, como podemos observar na Figura 4. Na Cidade Alta, encontrava-se o centro administrativo, político e religioso e área residencial, sendo sua principal

freguesia a Sé². De outro lado, na parte mais baixa estava localizada a Cidade Baixa que abrigava o Porto de Salvador e seus armazéns.

Figura 4- Aquarela de Salvador 1819



Fonte: Pierce [18--.].

As diferenças entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa eram pelos visitantes estrangeiros do século XIX que visitavam a cidade. Assim, “de um lado, a cidade porto, a cidade armazém, a cidade empório, a cidade formigueiro. Do outro, a cidade jardim, a cidade lazer, a cidade residencial, a cidade paradisíaca.” (Augel, 1975, p.186).

Tida como cidade cartão-postal, dos belos jardins, a Cidade Alta abrigava equipamentos públicos importantes, como a Praça do Palácio, Casa do Governador, Teatro São João e pontos, como Pelourinho (até o século XIX habitado por classes abastadas), Largo da Palma, Vitória e Barra, conforme Figuras 5 e 6.

² A Cidade Alta era composta pelas freguesias da Sé, Passo, Santo Antônio Além do Carmo, Santana, São Pedro, Vitória e Brotas; enquanto a Cidade Baixa abarcava as freguesias da Conceição da Praia, Pilar, Penha e Mares (PINHEIRO, 2011).

Figura 5- Campo Grande no fim do século XIX



Fonte: Acervo/Museu Tempostal [18--].

Figura 6 - Corredor da Vitória



Fonte: Lindemann [18--]

Em contraposição, Cidade Baixa, abarcando o Porto e o comércio, possuía ruas estreitas sem ordenamento e alinhamento reto e era composta por becos, ruas e vielas sem simetria e densamente povoada e sem espaços livres. Ela era considerada malcheirosa, antro de sujeira, da balbúrdia (Augel, 1975).

Nas Figuras 7 e 8, podemos observar a presença frequente de pardos e pretos na Cidade Baixa. Muitos julgamentos negativos que os estrangeiros apresentavam sobre a região estavam relacionados a esse fato³. Artesãos, ganhadores, transportadores de cadeiras, barqueiros, vendedores ambulantes: o trabalho estava destinado aos negros escravizados, livres e libertos. Os negros ocupavam as ruas vendendo seus produtos e ofertando seus serviços, dando tônica à rotina da cidade.

Figura 7- Mercado popular à beira do cais



Fonte: NOVAIS (2005).

Figura 8 - Feira popular no Largo da Igreja da Conceição da Praia no fim do século XIX



Fonte: NOVAIS (2005).

³ No entanto, é importante salientar que a presença de negros não se restringia à Cidade Baixa. A mão de obra escravizada era a base também nas residências e serviços públicos na Cidade Alta.

O funcionamento de Salvador se dava por meio da mão de obra escrava (Costa, 1989). Portanto, o trabalho era negro e as pessoas negras ocupavam toda a cidade exercendo diversas atividades econômicas e apresentando vínculos distintos. Dentro da categoria de escravizados, havia os escravizados domésticos, de ganho e aluguel. Aos dois últimos, cabia prestar serviços ou vender produtos para oferecer quantia total ou parcial dos rendimentos aos seus proprietários. Muitas famílias soteropolitanas tinham essa quantia como única fonte de renda.

Com certa autonomia relativa em comparação aos escravizados rurais, a fim de obter dinheiro, esses escravizados ganhavam as ruas de Salvador, tendo a atividade regulada pelo poder público. Assim, escravizados, alforriados e libertos se dividiam em “cantos” que eram locais específicos permitidos pelo poder público municipal nos quais eles podiam exercer suas atividades (Costa, 1989) e eram espalhados pela cidade.

O trabalho escravo não se limitou ao comércio, serviços domésticos e manufatura, mas também a funções essenciais para a organização e o funcionamento da cidade, como iluminação pública, abastecimento de água, transporte, limpeza urbana, abastecimento alimentar, escoamento de dejetos (Gomes, 1990). Na Figuras 9 e 10, observamos a variedade dos serviços essenciais prestados pelos negros nas áreas de abastecimento de água, transporte de pessoas e cargas, entre outros.

Figura 9 - Aguadeiras e lavadeiras



Fonte: Acervo/Museu Temporal [s.d.]

Figura 10- Imedições do Forte de São Pedro e do Palácio da Aclamação no início do século XIX



Fonte: NOVAIS (2005).

No que tange às condições de moradia, até finais do século XIX, as populações conviviam nas freguesias e, portanto, não é possível falar de uma cidade segregada. Não havendo proibições, as freguesias abrigavam escravos e libertos, mestres, artesãos e funcionários, burgueses e nobres, podendo ser residenciais e comerciais ao mesmo tempo.

Coexistiam sobrados ocupados pelas famílias abastadas e casas térreas com apenas uma porta e uma janela (Pinheiro, 2011). Os sobrados podiam abrigar uma única família ou muitas, sendo o térreo destinado à acomodação dos escravizados e cocheiras (Costa, 1989).

Também havia a possibilidade de coabitação de moradias precárias entre escravizados e libertos como estratégia de sobrevivência. As casas dos libertos eram, em sua maioria, construções modestas de taipa ou pedra e cal, em terrenos próximos aos conventos, igrejas e grandes proprietários rurais. Observa-se que havia maior incidência desse tipo de habitação nas Freguesias da Sé e de Pilar (Costa, 1989).

No entanto, a presença de negros não se restringia apenas à cidade formal. A apropriação do espaço urbano pelos negros se dava nas “lojas”⁴, antigos casarões,

⁴ “As lojas de sobrado não significavam que ali houvesse qualquer gênero para venda. Eram habitações de pessoas mais pobres, geralmente de cor, e que, eventualmente, seriam protegidos dos habitantes

construção de quartos no fundo dos imóveis nas freguesias, mas também pela ocupação progressiva das áreas mais periféricas.

A despeito da maior parte dos registros sobre as áreas mais afastadas, incluindo a ocupação no Rio Vermelho, Barra e Itapagipe, também existem relatos sobre ajuntamentos de negros, quilombos e candomblés localizados em outras áreas, onde havia uma reconstituição da vida comunitária africana nos arredores de Salvador (Gomes, 1990).

As colinas, matas, lagoas e rios localizados serviam de suporte ecológico ao desenvolvimento de uma coletividade africana independente, quase clandestina. A cidade estava cercada de quilombos e terreiros religiosos. Eram comunidades móveis, destruídas aqui para reaparecerem adiante, alimentadas pelo fluxo ininterrupto de escravos que sabiam tirar proveito da relativa autonomia proporcionada pela escravidão urbana (Reis, 2003, p.69/70)

Assim as especificidades da organização do escravismo nas áreas urbanas possibilitam novas formas de ocupação do espaço urbano de Salvador (Gomes, 1990). Sendo assim, a mobilidade espacial do escravizado urbano permitia as fugas para áreas mais afastadas, mas com certa proximidade com o centro da cidade, onde poderia encontrar eventuais trabalhos. Houve ações mal sucedidas do poder público a fim de cercear essa mobilidade por meio de normas e penalidades em caso de infração, como multas, açoitamento e aprisionamento.

Ademais, podemos sinalizar que

[...] enquanto nas partes centrais da cidade as denominações dos lugares são referenciais às igrejas, capelas e conventos referentes às freguesias, como Conceição, Pilar, Ajuda, Sé, Nazaré, Desterro, Palma, Lapa, São Pedro, Carmo, Santo Antônio, Santana, grande parte das denominações dos lugares nos arredores da cidade remete a uma territorialização do negro, que escapava ao controle do branco. (Gomes, 1990 apud Ramos, 2013, p.).

Em virtude disso, lugares importantes de Salvador foram nomeados em referência a cultos ou entidades africanas, a exemplo do Cabula, Beiru, Goméia, Bonocô e Ogunjá (Ramos, 2013).

Nas áreas mais afastadas, havia quilombos que agrupavam, principalmente, escravizados fugidos, mas também mestiços e indígenas (Barbosa, 2009). Os

do sobrado, ocupando os andares inferiores. Normalmente, porém, as lojas eram para renda.” (NASCIMENTO, 2007, p.73)

quilombos tinham tamanhos variados, desde os menores até os maiores, como o Quilombo do Urubu, no Cabula, e o Quilombo Buraco do Tatu, localizado ao norte de Salvador, na freguesia suburbana de Santo Amaro de Ipitanga.

Para extinguir o Buraco do Tatu, foram necessários 200 homens em 1763. No momento do seu desmantelamento, o Buraco do Tatu possuía menos de 100 moradores, sendo apenas 65 adultos, o que seria representativo da maioria dos quilombos brasileiros (Matoso, 1982 apud Gomes, 1990). Também ocorriam no interior das freguesias as roças de libertos que podiam também abrigar escravizados fugidos.

Ademais, existia um imbricamento entre os quilombos e as práticas religiosas africanas, como apontam evidências no Quilombo Buraco do Tatu e Quilombo do Cabula. No entanto, os candomblés não se restringiam a esses espaços (Gomes, 1990).

Presentes também nas áreas centrais, à medida que se estruturavam, os terreiros procuravam se estabelecer em regiões mais afastadas da cidade. Um fator importante é a relação intrínseca entre os candomblés e a natureza para a realização dos seus rituais sagrados. Também se justificava pela forte repressão aos cultos de origem africana (Gomes, 1990). A sua constituição longe dos centros tornava o problema mais palatável para as elites baianas. Ou seja, “o raciocínio era o seguinte: se não é possível exterminar os candomblés que fossem deslocados para áreas longe do centro da cidade.” (Santos, 2009, p.2). A elite governamental entendia que o candomblé podia ser uma forma de apaziguamento da ordem moral ou política, tendo em vista que os escravizados e libertos tratavam seus problemas espirituais (Santos, 2009). Apesar disso, as invasões policiais a esses terreiros persistiam.

Foram no século XIX os acontecimentos que mais mudaram a cidade de Salvador, sendo influenciado pelo urbanismo europeu e sofrendo intervenções em virtude das mudanças econômicas (Ramos, 2013). É importante salientar que até então Salvador "não passava de uma cidade de pequena e modesta urbanização" ao longo do século XIX, tendo apenas 176 ruas em 1855 e 210 em 1863 (Nascimento, 2007, p.48). Apenas o antigo núcleo central da cidade possuía uma planificação e no resto da cidade a urbanização acontecia por meio de abertura de ruas, praças, ladeiras, becos, travessas e largos sem qualquer planejamento. De modo que primeiro

as casas eram construídas, para depois haver as ruas, causando o desalinhamento (Nascimento, 2007).

Se na cidade colonial as diferenças (sociais, culturais, étnicas) não se inscreviam claramente no espaço - ainda que desde os primórdios da colonização já se esboçasse o embrião de uma divisão social do espaço urbano, como nos indica Thales de Azevedo, será apenas ao longo do século XIX que veremos essa divisão ganhar contornos mais nítidos (Gomes, 1990, p.17)

A partir do final do século XIX, percebe-se uma mudança progressiva nessa estrutura espacial e na estratificação social. É importante pontuar a saída das famílias abastadas da Sé em direção aos bairros da Vitória, Canela, Graça e Barra por influência dos comerciantes ingleses que passaram a valorizar jardins, pomares, ar limpo e espaços amplos e ventilados (Palácios, 2010). Concomitantemente, o Centro Antigo começou a ser ocupado pelas classes mais pobres, formada por imigrantes e ex-escravizados, e com isso, ocorre o abandono político da região, tendo o ápice da degradação nas décadas de 60 e 70 do século XX.

Ao longo do século XIX, a cidade muda, adaptando-se aos novos padrões de vida que se vão impondo na urbe. A Sé perde um pouco seu caráter residencial, ao deixar espaço para a instalação de um comércio varejista, até então concentrado na Cidade Baixa. Sua desintegração social e material começa com a saída das famílias mais ricas em busca de um novo estilo de vida, e a ocupação dos espaços vazios por uma nova população, composta de migrantes da zona rural e ex-escravos. São homens, mulheres e crianças que se amontoam onde podem, até transformarem a área num formigueiro humano. (Pinheiro, 2011, p.186)

Diante disso, as epidemias frequentes nos bairros mais antigos e densamente povoados, juntamente à preocupação com higiene, foram fatores para a redistribuição espacial de Salvador (Gomes, 1990).

Essas mudanças sociais e urbanísticas foram acompanhadas de transformações na economia. Salvador passou a fazer parte da estrutura capitalista internacional e o intercâmbio comercial com os mercados mundiais permitiu o investimento de capital estrangeiro na renovação urbanística e modernização. Dessa forma, os poderes públicos foram pressionados a intervir na cidade para melhorar o escoamento das mercadorias. Foram implantados serviços de infraestrutura, com abastecimento de água, iluminação, novos meios de transporte e de comunicação (Pinheiro, 2011).

Ressalta-se que existiu aumento demográfico que causou um déficit habitacional e Salvador continuou a ser retratada como uma cidade enferma e foco de males epidêmicos e altas taxas de mortalidade. As causas são atribuídas não a condutas individuais, mas à própria cidade que se encontrava num estado precário de insalubridade pública, infraestrutura deficiente, ausência de higiene nas casas e miserabilidade (Pinheiro, 2011).

É nesse cenário que aconteceram as reformas urbanas de 1912 e 1916. Elas partiram do entendimento que modernidade e civilização estão relacionadas às condições de salubridade e, portanto, para ter o status de cidade civilizada, Salvador deveria passar por transformações chefiadas por médicos e engenheiros (Pinheiro, 2011).

Todo esse processo de pequenas intervenções, numa tentativa de transformar a estrutura colonial ao longo do século XIX, chega a seu apogeu na segunda década do século XX com a realização da reforma urbana promovida no período 1912-1916, sob a direção do Governador José Joaquim Seabra, um ex-ministro de Rodrigues Alves, Presidente da República entre 1902 e 1906, anos da reforma urbana realizada no Rio, conhecida como 'Reforma Passos'" (Pinheiro, 2011, p.212)

Conforme relato acima, Salvador passou por intervenções urbanas que visaram implantar saneamento básico, meios de transportes mais modernos (bondinhos), alargamento de ruas e avenidas e modernização dos portos para o deslocamento de pessoas e mercadorias. Nesse ponto, é preciso lembrar que aconteceu, concomitantemente ao período pós abolição da escravatura, a modernização de serviços que até então eram realizados por escravizados e ex-escravizados que carregavam tanto mercadorias, água e dejetos quanto pessoas. O Brasil, especificamente, modernizava e apagava os resquícios coloniais, escamoteando a escravidão sem tratá-la direta e indiretamente.

De fato, até 1940, Salvador ainda guardava suas características de cidade colonial (Bahia, 2010), todavia as mudanças se intensificaram. Até então os objetivos do urbanismo estavam voltados para o sanitarismo e planos de melhoria, inexistindo um projeto que abarcasse a totalidade urbana (Palma, 2008).

Nesse contexto, a Semana do Urbanismo em 1935 é um marco no tange a pensar a cidade nos aspectos urbanos e socioeconômicos (Britto et al, 2017). Foi um evento de caráter científico que contou com participação diversos profissionais das áreas de engenharia, urbanismo, sanitarismo, entre outras. Posteriormente,

impulsionado por essa discussão e a necessidade de um plano diretor, surgiu o Escritório de Planejamento Urbano de Salvador (EPUCS) somente no período 1942-1947, coordenado pelo engenheiro sanitário Mário Leite Leal Ferreira. Ressalta-se que não foi implementado, mas representou uma aproximação com a sociedade e também pensou a cidade de forma mais integral, abarcando tanto estudos físicos-geográficos e também sociais e econômicos.

Após lapso temporal, o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB) foi elaborado na década de 70 em meio ao crescimento das grandes cidades brasileiras, impulsionado pelo intenso fluxo migratório oriundo do interior em busca das oportunidades de trabalho nas décadas anteriores (Britto et al, 2017).

Foi nesse período que foram construídas as avenidas de vale, inspiradas nas ideias contidas no Plano Mário Leal Ferreira, a exemplo das Avenidas Bonocô (1970), Paralela (1974), Suburbana (1971), Antônio Carlos Magalhães (1975), Garibaldi (1977), Vale do Canela (1974) dentre outras. Esses foram acontecimentos fundamentais para as transformações ocorridas no espaço urbano da cidade no que diz respeito a ocupação de novas áreas habitadas (Gordilho-Souza, 2008, p. 114).

É importante falar que também ocorreram dois fatos importantes para a urbanização de Salvador: Complexo Industrial de Aratu (CIA), em 1967, e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978. Na década 80, havia a racionalidade funcional das cidades voltadas para enfrentar as consequências da industrialização que se projetou em torno desses dois Complexos (Espinheira, 1997). Assim, a metropolização do espaço urbano-industrial provocou a construção de conjuntos habitacionais de baixo custo para atender a população no entorno dos complexos industriais (Britto et al, 2017), formado por áreas pouco habitadas. Essa atração trouxe muita mão de obra pouco qualificada, aumentando a informalidade.

Assim o PLANDURB previa a criação de três vetores de expansão para a cidade. Foram eles: vetor 1 que se caracteriza pela presença de condomínios residenciais de luxo e está situado ao longo da Orla Marítima; vetor 2 localizado ao longo da Av. Paralela, passando pela Estrada do Coco, rumo ao Litoral Norte; e o Vetor 3 situado ao longo da BR 324 que se estende até Simões Filho e deriva para o Miolo e o Subúrbio Ferroviário (Mendes, 2006). Por meio do plano houve a mudança do centro para outras regiões da cidade, tornando a cidade policêntrica.

Houve a construção do Shopping Iguatemi na década 70, se tornando um novo centro econômico da cidade e também atraindo prédios de alto valor aquisitivo.

Ademais, houve a criação do Centro Administrativo da Bahia (CAB) na Avenida Paralela. De fato, podemos observar que as dinâmicas dos vetores consolidaram a presença das classes mais abastadas no vetor 1 e o predomínio das populações mais pobres no Miolo e Subúrbio Ferroviário de Salvador. “Assim se repetem os padrões de ‘desenvolvimento’ com segregação socioespacial que tem suas raízes nas reformas de J.J. Seabra no início do século XX” (Britto et al, 2017, p.118).

No Miolo de Salvador encontra-se o bairro de Cajazeiras VIII, no qual se situa a comunidade de Jardim das Mangabeiras, nosso sujeito da pesquisa. O presente capítulo apresentou a relação entre a população negra, a urbanização de Salvador e as reformas urbanas, que vão subsidiar as discussões presentes nos próximos capítulos.

4. OS MOVIMENTOS DE MORADIA EM SALVADOR

Em Salvador, a história das lutas coletivas está intimamente relacionada ao desenvolvimento e urbanização da cidade (Espíñeira, 1997). Desde o final do século XIX, a cidade se apresenta como um dos maiores centros urbanos brasileiros, possuindo um importante porto para o escoamento de produtos tropicais. Como resultado, abrigava um grande contingente de estivadores, trabalhadores portuários que desempenhavam um papel crucial nas ocupações e movimentos de bairro, como na região da Massaranduba (Espíñeira, 1997).

Com a industrialização promovida na década de 30, ocorreu a proletarização de parte da população e a expansão urbana. Ao mesmo tempo em que construía um novo mercado de trabalho, essa transformação também minava as antigas atividades e relações produtivas existentes. Isso resultou em instabilidade econômica para uma parcela da população mais pobre, que buscava áreas mais afastadas e acessíveis em termos de custo (Espíñeira, 1997).

Paralelamente, houve uma grande migração proveniente do interior da Bahia em busca de oportunidades de emprego. No entanto, esse contingente não foi absorvido pelo mercado de trabalho, uma vez que não atendiam às exigências desse novo mercado. Isso agravou o problema de moradias acessíveis em Salvador (Espíñeira, 1997). Entretanto, as causas do fenômeno não podem ser atribuídas exclusivamente às migrações, pois entre os moradores se encontravam tanto novos quanto moradores antigos de cidade (Espíñeira, 1997).

Em nível nacional, a década de 40 tornou-se emblemática para a história de mobilizações urbanas, após o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo. Nesse período, houve um compartilhamento de informações sobre o grande déficit habitacional, desabastecimento alimentar e alto custo de vida.

Até então, era comum a ocupação de terrenos ociosos, principalmente em áreas periféricas não reclamadas. Entretanto, com o crescimento da mercantilização do solo urbano e especulação imobiliária, a partir de 1944 o Estado passou a restringir e coibir esse tipo de moradia.

Nesse cenário, intensificaram-se as ocupações em Salvador. Assim, observamos

Uma Salvador mesquinha, feia e dura em relação a como vive uma parcela muito grande de sua população, ocupando assentamentos urbanos arranjados pelo esforço coletivo de ocupar terras ociosas e

nelas erguerem bairros inteiros em pouquíssimo tempo, antes que a repressão institucional se desse. Essas invasões⁵ são, inclusive, as novas denominações da urbanização da pobreza que antes eram chamadas de favela. Agora, a pobreza é vista como algo que contraria os aspectos legais da ocupação da terra e é, assim, primeiramente qualificada por este aspecto (Espinheira, 1999, p.68)

Todas as grandes ocupações da década de 40 deram origem a bairros populares. Foram elas: a Corta Braço em 1946 que hoje é o bairro do Pero Vaz, Alagados que hoje é Massaranduba e uma parte da Vila Rui Barbosa. Naquele momento, era vantajoso para os proprietários do terreno estimularem a ocupação e depois solicitarem a reintegração de posse após valorização da área (Moura, 1990) ou acionarem o Estado para obter indenização (Espinheira, 1997). Conforme Souza (1991 apud Dossiê, 2003), até a década de 50, há uma tolerância e permissividade, com poucas remoções realizadas, tendo o período 1969 a 1979 como mais repressivo e intolerância mais explícita. Esse correspondeu a atuação de Antônio Carlos Magalhães na prefeitura de Salvador (Moura, 1990).

Em 1964, existiu uma tentativa mais robusta para lidar com o déficit habitacional: o Banco Nacional de Habitação (BNH). As unidades construídas foram destinadas a uma parcela da população que podia arcar com as prestações. No entanto, muitos não conseguiram arcar nem com as prestações nem com o IPTU e as contas de energia e água. Também eram construídos distantes dos centros urbanos e de locais com ofertas de empregos, causando evasão.

Nas décadas de 80 e 90, havia um processo de modernização em curso, direcionado tanto para o desenvolvimento industrial (como o Complexo Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari) quanto para o turismo. No entanto, isso não era compatível com a realidade dos moradores pobres de Salvador, que foram removidos para habitações em áreas periféricas, como Cajazeiras, ou deixados à mercê das forças sociais, recorrendo a ocupações irregulares em terrenos acidentados próximos a áreas urbanizadas de bairros populares, principalmente no Subúrbio e no Centro de Salvador (Espinheira, 1997).

Ao analisar o processo de urbanização, os movimentos sociais urbanos foram e ainda são essenciais na configuração urbana de Salvador como atores políticos na

⁵ Optamos pela citação direta do autor que utiliza o termo "invasão" para descrever as ocupações de terra por famílias de baixa renda com o objetivo de obter moradia. No entanto, compactuamos com estudos mais recentes que defendem o emprego da terminologia "ocupação", pois acreditam que o termo "invasão" reforça estereótipos preconceituosos associados a lutas legítimas.

reivindicação de direitos. Os movimentos sociais urbanos são compostos por moradores geralmente de bairros ditos populares com diferentes níveis de organização, metodologia e alcance que possuem como pautas centrais reivindicações quanto à habitação, qualidade de vida, saúde, educação, lazer e geração de trabalho e renda (Saler, 1994).

Sendo assim, no quadro dos movimentos sociais urbanos, o Estado, a Igreja Católica e o Partido Comunista emergem como três agentes sociais que se envolveram nessas dinâmicas relacionais e contribuíram para seu desenvolvimento em diferentes conjunturas políticas ao longo dos anos (Espíneira, 1997). Essa correlação é corroborada por Milton Moura (1997), que também observou a participação desses três atores no contexto das ocupações nas décadas 70 e 80

No contexto de Salvador, as ocupações revelavam os conflitos entre os moradores de baixa renda e os proprietários dos terrenos. De um lado, havia os proprietários de terras que contavam com o apoio do sistema judiciário, da polícia e da imprensa tradicional. Do outro lado, a maioria dos movimentos de bairro recebia apoio de grupos de esquerda, organizações pastorais e não governamentais, e ocasionalmente de movimentos de direita (Moura, 1997).

A relação entre Estado e movimentos sociais foi se modificando ao longo dos anos. Inicialmente, na década de 40, eram mais violentas e fortes as repressões estatais com vistas a eliminar as ocupações, independentemente da conjuntura política em que estavam inseridas. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 70, com as lutas sociais pela redemocratização do Brasil, novos atores surgiram mudando a postura dos movimentos urbanos populares. Esses passaram a agir de forma mais politizada e exigir canais de negociação com o Estado a fim de reivindicar seus direitos (Aragão, 1994). Conforme Souza (1991 apud Dossiê, 2003), na década de 80, aparece uma multiplicidade de medidas modernizadoras que objetivavam conciliar os interesses democráticos e imobiliários sem sucesso, como remoções, realocações e indenizações.

Nas mesas de negociação em busca de direitos, o poder de barganha dos movimentos aumentava à medida que apresentavam maior resistência em desocupar o terreno (Moura, 1997). Naquele momento, o urbanismo vigente estava focado em resolver conflitos e corrigir problemas, visando "eliminar as tensões ao afastar elementos opositores" (Espíneira, 1999, p.72).

A mobilização dos movimentos urbanos repercutiu positivamente na criação do Estatuto da Cidade em 2001. Embora o estudo sobre o fenômeno no Brasil se centre em debates sobre classe, a questão da moradia tem no Brasil, principalmente em Salvador. Dessa forma, o Estatuto da Igualdade Racial criado em 2010 também fornece subsídios para entender o debate por moradia no Brasil. A articulação desses dois estatutos será aprofundada na próxima seção.

4.1 Estatuto da Igualdade Racial e Estatuto da Cidade: aproximações no direito à moradia

Desde 1888, as políticas públicas voltadas para a inclusão social da população negra são incipientes. A abolição da escravatura em 1888 não veio acompanhada de políticas de cunho assistencial e de inclusão social, marginalizando ainda mais os recém libertos. As políticas populacionais sociais do estado brasileiro republicano foram voltadas para os imigrantes europeus em detrimento da população negra.

As políticas sociais elaboradas para população negra, principalmente, na década de 90, têm seus efeitos lentos (Oliveira, 2020). Nesse cenário, o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e o Estatuto da Cidade (2001) devem ser articulados para propor avanços e recursos para o combate à segregação racial e urbana, ocasionada pelo racismo antinegro.

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº. 12.288 de 20 de julho de 2010, foi resultado da articulação do movimento negro desde 2000, em tramitação no Congresso Nacional, período marcado por avanços, retrocessos, consensos e resistência. Tinha como objetivo promover condições mais equânimes para a população negra em diversas áreas, como saúde, educação, trabalho, cultura, esporte lazer, justiça e acesso à terra (Silva, 2012).

Tal estatuto apresentou propostas significativas para promover a igualdade racial no Brasil. Algumas delas são: implementação do PPA e do orçamento da União com observância a políticas de ação afirmativa; adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa; inclusão do conteúdo da saúde da população negra na formação dos trabalhadores da área; promoção da cultura afro-brasileira.

Além disso, o Estatuto consolidou a necessidade de considerar as características raciais dos sujeitos. Nas políticas urbanas e habitacionais (Luz, 2020). Sendo assim,

Estatuto da Igualdade Racial, em três artigos (Art. 35, 36 e 37), determina que as especificidades sociais, econômicas e culturais da população negra devem ser consideradas tanto nos programas de provisão habitacional, como também naqueles que buscam assegurar o direito à moradia (como no caso da urbanização e/ou regularização fundiária de favelas) e o direito à cidade (implementação de infraestrutura e melhoria das condições de habitabilidade), além disso, o referido Estatuto também estimula a presença do Movimento Negro nos conselhos participativos do Fundo de Habitação de Interesse Social (FNHIS) dos estados e dos municípios, bem como o desenvolvimento de ações, públicas e privadas, para viabilizar o acesso a financiamentos habitacionais pela população negra. Ademais, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Decreto Federal nº 6.872/2009) determina que seja estabelecida uma “política de promoção da igualdade racial nos programas de financiamento de habitação, de interesse social, sob gestão do Governo Federal” (BRASIL, 2009). (Luz, 2020, p. 144)

Dessa forma, o Estatuto aparece como suporte para efetivação das políticas públicas em combate à segregação urbana, se relacionando diretamente com o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, criado no dia 10 de julho de 2001. Ele estabelece diretrizes gerais da política urbana e define os instrumentos de ordenamento e controle do uso do solo nas cidades.

A Lei nº 10.257 traz como principais pontos: função social da propriedade urbana; regularização fundiária; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, Instrumentos de política urbana, participação popular e preservação do patrimônio cultural e ambiental.

Dentre os instrumentos para uma política urbana mais igualitária, podemos destacar a Gestão Democrática. Nesse âmbito, as políticas devem ser concebidas e administradas de forma participativa por meio de criação de órgãos colegiados de política urbana, realização de debates, consultas públicas e audiências, planos, projetos e a participação ativa da população na elaboração de leis (Luz, 201-). A administração deve ser transparente e a participação da população possibilita um maior enfrentamento da corrupção, clientelismo e desigualdades. Também gera um sentimento de pertencimento da população.

A fim de superar conflitos socioespaciais, especialmente em áreas com falta de investimento público e urbanização precária, é fundamental adotar uma cultura de gestão participativa. O objetivo é tornar o acesso aos espaços públicos urbanos mais fácil, alcançando uma distribuição justa das responsabilidades e benefícios do processo de urbanização. Isso garante o cumprimento da função social da cidade e

da propriedade urbana, bem como a universalização do direito à moradia digna (Luz, 201-).

Com presença significativa da população negra nos territórios ditos “fora da lei”, é necessário atentar para os Estatutos da Igualdade Racial e da Cidade a fim de propor ideias para lidar com o racismo antinegro que permeia as discussões sobre o urbanismo brasileiro. Sendo assim,

Os lugares do racismo precisam ser combatidos em diferentes frentes, ora pelo Estatuto da Cidade e, ora pelo Estatuto da Igualdade Racial, por ambos. Para a mudança da realidade, os grupos que defendem os dois documentos precisarão pensar em estratégias políticas que combinem classe social, etnia raça e gênero (Oliveira, 2020)

Desse modo, o debate entres eles devem incluir as três esferas essenciais no diálogo acerca da transformação urbana, incluindo: a legalização das comunidades informais, o engajamento da população e a atualização das abordagens e ferramentas utilizadas no planejamento das cidades (Rolnik, 2012 apud Oliveira, 2020).

Em ambos os estatutos, assim como em outras políticas setoriais, houve a institucionalização da participação social na elaboração, implementação e execução das políticas públicas. Nesse sentido, a efetivação de direitos dos moradores dos centros urbanos, em especial da população negra, perpassa pela gestão democrática e participação nas instâncias institucionais.

4.2 CONDER e sua atuação na política de habitação e urbanização integrada

Até 1930, foram escassas as tentativas para tratar a questão da habitação no Brasil. Foi no Governo Vargas que surgiu as primeiras tentativas de forma mais sistemáticas para lidar com tal questão. A partir de então, por constantes alterações na estrutura organizacional do governo, houve a descontinuidade no tratamento político dos programas habitacionais, o que acarretou a incapacidade de atender à população de mais baixa renda (Silva et al, 2013).

A partir de 1964, no período da ditadura militar, surgiu o Banco Nacional de Habitação, que instituiu um novo modelo de política habitacional através do Sistema Financeiro de Habitação. A política passa a focar nas cidades brasileiras a fim de mudar seu padrão de produção. Salienta-se que os programas estavam voltados para as classes médias e altas, formalizando o apartamento como principal forma de moradia para classes médias e excluindo a maior parte da população (Maricato, 2011)

Já na retomada da democracia, devido à extinção e criação de diversos órgãos e programas habitacionais, o Brasil sofreu grande instabilidade institucional. Foi a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula (2003-2010) da Silva, que houve um esforço mais sistemático na área habitacional, por meio da manutenção, aprimoramento e criação de novos programas habitacionais.

Em 2007, houve a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - programa do governo federal que planejou ações voltadas para acelerar o crescimento econômico do Brasil. Durante o governo petista, foram lançados dois programas: o primeiro em 2007 e o segundo em 2010. Dentre as ações previstas, o PAC visa implementar ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social, visando a recuperação de áreas degradadas, bem como a melhoria da qualidade de vida das famílias brasileiras.

É nesse cenário que está inserida a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Trata-se de uma empresa pública que atua na implementação de políticas públicas em todo o estado da Bahia por meio de execução de obras e projetos nas áreas de mobilidade urbana, habitação, qualificação urbanística e edificações de prédios públicos (BAHIA, 2022)⁶.

Atualmente, existem 3 diretorias destinadas à execução das funções estratégicas exercidas de mobilidade, requalificação urbana integrada, desastres naturais, habitação extensiva, equipamentos urbanos e edificações públicas. São elas: Diretoria de Habitação e Urbanização Integrada, Diretoria de Infraestrutura e Edificações Públicas e Diretoria de Equipamentos e Qualificação Urbanística.

Para a dissertação de mestrado, optamos pelo estudo da dinâmica de execução do projeto de requalificação urbana por meio do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) desde 2007 na comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte, localizada em Cajazeiras VII em Salvador. Assim, para fins dessa pesquisa nos concentramos na Diretoria de Habitação e Urbanização Integrada que hoje exerce as funções de requalificação urbana integrada e habitação extensiva que abarcam, respectivamente, a “realização de projetos e obras visando à melhoria das condições de habitabilidade, saneamento, acessibilidade, convivência social com vistas assegurar qualidade de vida em áreas urbanas e de interesse social” e

⁶ BAHIA, CONDER. Quem somos. Disponível em:< <https://www.conder.ba.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 13 set 2022.

“construção de habitações com rede de infraestrutura e equipamentos urbanos necessários à moradia plena (Bahia, 2022, online)”⁷

Para entender o funcionamento da CONDER hoje, devemos retomar um pouco sua história. A CONDER teve como origem no Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (daí surge sua nomenclatura) e está vinculado a conselhos que discutiam o planejamento metropolitano. Posteriormente, em 1974, torna-se uma entidade de administração indireta, vinculada à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, ganhando autonomia financeira e administrativa. Nessa nova fase, a empresa se torna um órgão executor de obras, coordenador de projetos e para fornecer assistência técnica aos municípios da Região Metropolitana de Salvador. Entretanto, sua atuação regional foi marcada pelo papel de agente financeiro.

Em 1998, a CONDER passa a englobar a Empresa de Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS). A empresa foi criada em 1965 para operacionalizar a política habitacional do Governo do Estado, vinculada estruturalmente à então Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. Teve forte atuação no processo de expansão urbana de Salvador e de outras cidades baianas por meio da implementação de cerca de 100 mil unidades habitacionais.

⁷ BAHIA, CONDER. Histórico. Disponível em:< <https://www.conder.ba.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 13 set 202.

5. JARDIM DAS MANGABEIRAS, CHÁCARA DO MONTE E SEUS MORADORES: HISTÓRIAS QUE SE ENTRELAÇAM

"Essa história aqui, é uma história muito longa, certo?" (Seu Passarinho)

Contar a história de um local é contar a história de seus moradores. A partir das entrevistas realizadas com moradores nos meses de maio, junho e outubro de 2023, nos debruçamos sobre as comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte. Nelas encontramos as histórias de moradores que construíram e constroem as comunidades e encontraram nesses territórios o chão para suas alegrias e lutas diárias. Para tanto, entrevistamos 1 moradora da Chácara do Monte e 4 moradores de Jardim das Mangabeiras⁸.

DONA FELIPA – CHÁCARA DO MONTE

Em meados de maio de 2023, entramos em contato com a história de uma moradora da comunidade de Chácara Monte, Dona Felipa⁹. Foi sua curiosidade que a tornou uma referência para seus vizinhos em busca de direitos. Ao ser questionada sobre como conseguir algum benefício, quase sempre ela tem uma resposta, pois segundo a mesma, ela não tem medo de perguntar e buscar informação. No entanto, ela não se considera líder comunitária, como podemos constatar nas suas palavras.

Então, eu sempre tenho alguma coisinha. Tenho audiência pública dia 26. No Boca de Brasa. E eu gosto de participar. Porque você precisa saber o que tem em seu bairro. Até pra passar, com certeza, convicção. Aqui, a gente tem o CRAS. Eu vou no CRAS saber o que é que tem. Aqui, tem o Cadúnico. Eu vou no Cadúnico saber o que é que tem. Porque assim, muita gente me procura. Perguntando, por saber disso e daquilo. E eu encaminho. Muitas... Eu não trabalho pra político nenhum. Vou logo falar. Não sou filiada a partido nenhum. Eu faço o que eu quero. O que eu gosto. A necessidade do bairro. Aqui, a luz queimou. Eu vou na Prefeitura Bairro e resolvo. Como indico outras pessoas também. Pra cada um aprender até. E não ficar só ligado a mim. Então, eu não me sinto líder comunitária. Eu me faço parte da comunidade. (Entrevista realizada com Dona Felipa por Lorena Correia, Salvador, 22 de maio de 2023, entrevista pessoal)

⁸ Para viabilizar o desenvolvimento da pesquisa, também foram necessários contatos com outros moradores, especialmente Seu Doravante e Carine.

⁹ Nome fictício em homenagem a Maria Felipa, uma das heroínas negras da Independência da Bahia.

Mulher negra, casada, mãe de duas filhas adolescentes, pedagoga, ela se mudou para Chácara do Monte há 20 anos quando ela casou. Sua escolha foi influenciada pela proximidade com o pai que morava em Águas Claras e também pela facilidade de poder “parcelar” o pagamento da casa própria.

Foram as escadarias que serviram de estímulo para que Dona Felipa resolvesse acompanhar mais de perto as obras da CONDER na poligonal. Em torno de 2010 chegou aos seus ouvidos que a Companhia pretendia construir mais escadarias na poligonal. Preocupada com o acesso dos mais idosos e pessoas com deficiência e também com a chegada de ambulâncias, Dona Felipa conversou com seus vizinhos. E assim nasceu o seu primeiro abaixo assinado se posicionando contra uma decisão da CONDER. Quando foi entregar o abaixo assinado, a assistente social responsável pela supervisão do projeto sugeriu que fosse incluída na Comissão de Acompanhamento de Obras Físicas e Sociais.

SEU PASSARINHO – JARDIM DAS MANGABEIRAS

Presidente da Associação de Moradores de Jardim das Mangabeiras, Aurelino Mota, conhecido como Seu Passarinho, foi um dos fundadores da comunidade, como conta.

A gente começamos com um barraquinho de palha, papelão, cabo seco. Aqui mesmo, nesse vão aqui, eu tinha... fiz uma paioça. Eu comecei aqui de um nada. Fiz uma paioça aqui, ia trabalhar, e quando eu tinha as horas vagas, na hora do meu almoço eu vinha pra cá. Ficava aqui, os homens derrubando, e Nelso Peregrino com a gente, subindo e descendo. Tinha vez de até eu pedir licença da empresa pra poder eu tomar conta disso aqui. Aí eu pegava um bocado de criança da rua, enchia de queimado, dez, vinte reais pra cada um pra tomar conta. Nessa casa aqui, essa aqui, essa aqui e da velha ali, da Dona Conceição. Quando eu não estava, era eles que faziam, comia aqui também. (Entrevista realizada com Seu Passarinho por Lorena Correia, 10 de junho de 2023, entrevista presencial)

A decisão de morar em Mangabeira ocorreu porque mesmo funcionário público à época, ele não tinha dinheiro suficiente para comprar uma casa própria e vivia de aluguel no bairro de Valéria, bairro periférico de Salvador. Sua esposa questionou a decisão.

Aí ela, você vai comprar um terreno? Vai sair do interior pra ir pra outro? Porque eles moravam em Valéria na época, né? Aí eu disse, não, minha filha, lá é Cajazeira, Cajazeira não vai ficar na mesmice que está, não. As coisas vai (sic) melhorar. (Entrevista com Seu Passarinho realizada por Lorena Correia, 10 de junho de 2023, entrevista presencial)

Posteriormente, juntamente com Zé Farias, iniciou sua jornada na Associação de Moradores.

Eu mais Zé Farias e o senhor Antônio que não está mais aí, Se mudou. E nós fizemos a circulação com o povo, é isso aí. Eu estou trazendo um deputado pra cá. O que vocês acham? Eu estou trazendo um deputado para quê? Reforçar o nosso trabalho. Que quando eu fui aluminado pra ser presidente da associação. Eu assumi aqui em 2000, em 96, eu assumi a presidência da associação. Foi quando em 2001, foi em 91, eu tive um acidente, e quando foi em 96, foi em 96.... Foi em 2001, 2002, 2003, 2003, 2004 eu assumi isso aqui. Eu disse, pai, eu não tenho condições, eu não tenho condições porque Jesus vai me restaurar a minha saúde, eu vou voltar a trabalhar, e isso é uma associação para quem é aposentado. Eu não tenho quem bote a alimentação em minha casa, ou pagar minha despesa, então eu tenho que trabalhar. Bom, não, Passarinho... A gente está olhando aqui, você tem um bom trabalho em todos os bairros que você chega. Você tem um bom trabalho. Você é um cara competente para assumir isso aqui. Mas, rapaz, isso é muita dor de cabeça. (Entrevista com Seu Passarinho realizada por Lorena Correia, 10 de junho de 2023, entrevista presencial)

ZÉ FARIAS – JARDIM DAS MANGABEIRAS

Zé Faria é integrante da Associação de Moradores e um dos seus fundadores. Morador do Cabula, ele estava acostumado a fazer shows na região de Cajazeiras, principalmente no extinto bar Mão de Onça na Rótula da Feirinha, e a jogar bola na quadra onde hoje está localizada a praça principal de Mangabeira.

Resultado... Uma semana que eu fiquei sem vir pra aqui, a turma decidiu fazer a ocupação do local. Então aí já entrou. Quando o povo entra, já sabe. É fogo, é ferramenta. E derrubaram os matos tudo. Tanto que quando eu cheguei aqui, uma semana depois, que o vizinho ali me convidou. Zé, tá acontecendo isso, eu falei, pronto. Eu tô lá. Eu já comprei o pedaço de terra. (Entrevista com Zé Farias realizada por Lorena Correia, 10 de junho de 2023, entrevista presencial)

DONA LEONOR – JARDIM DAS MANGABEIRAS

Moradora da Rua Novo Horizonte, Dona Leonor veio para Jardim das Mangabeiras após o marido ficar desempregado e com dois filhos pequenos. Foram muitos desafios no início para uma família que veio do Engenho Velho de Brotas, um bairro que tinha melhor infraestrutura.

É o seguinte, eu cheguei aqui em 1996, né, e aqui era tudo mato, aí nós construímos o nosso barraco de madeirite e foi muita luta, né, junto com o pessoal da associação, lutando para poder ficar aqui, né, e aí eu

grávida da minha quarta filha, foi, da minha quarta filha, grávida dela, aí a gente lutou e tudo, e aí graças a Deus conseguimos, né, mas aí a Conder derrubou vários barracos, só não derrubou o meu, graças a Deus, porque eu estava morando, estava com meus filhos aqui dentro, com barrigão, e aí pronto. (Entrevista com Dona Leonor, realizada por Lorena Correia, 16 de novembro de 2023, *Whatsapp*)

DONA ANA – JARDIM DAS MANGABEIRAS

Com 33 anos, Dona Ana decidiu comprar um terreno em Jardim das Mangabeiras em 1994. Incentivada pela irmã, ela procurava um canto para chamar de seu. Até então vivia na casa da mãe com seus dois filhos pequenos, um de 8 e outra de 5.

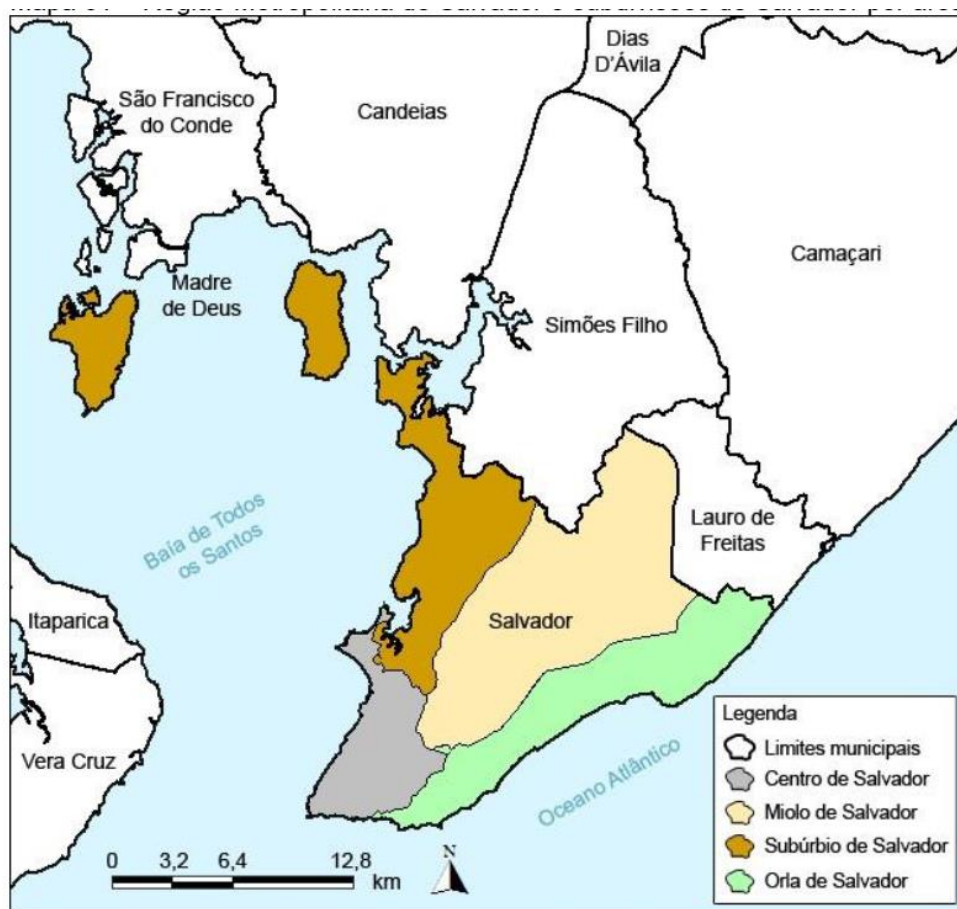
O terreno custava 200 reais, mas por meio de barganha conseguiu comprar por 70 reais. Então, deu início a realização da casa própria. No entanto, enquanto começava a construir sua casa, descobriu que o proprietário tinha vendido a outras pessoas. Ela se manteve firme dizendo que os outros nunca tinham reivindicado o terreno antes e que ela ficaria ali.

Foi um período muito difícil para Dona Ana que trabalhava durante o dia como empregada doméstica e à noite ia para ocupação para dormir no seu barraco feito com materiais de refugo. Por medo de estupradores, ela dormia com uma facão do lado. Também teve que expulsar 3 invasores. Posteriormente, perto do seu trabalho no bairro de Cidade Jardim, ela conseguiu uma doação de materiais de um prédio que estava finalizando a obra. Assim teve a oportunidade de melhorar seu barraco e trouxe seus filhos para morar com ela.

5.1 Localização geográfica e urbana de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte

O Miolo de Salvador corresponde a região entre a Avenida Luis Viana Filho (Paralela) e a BR 324 e abarca as regiões de Cajazeiras, Cabula, Tancredo Neves e Pau da Lima (Salvador, 2009), conforme Figura 10. Essa denominação foi criada na década de 70 pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador (PLANDURB) (Fernandes, 2004).

Figura 11 - – Região Metropolitana de Salvador e subdivisões de Salvador por áreas



Fonte: SANTOS (2015).

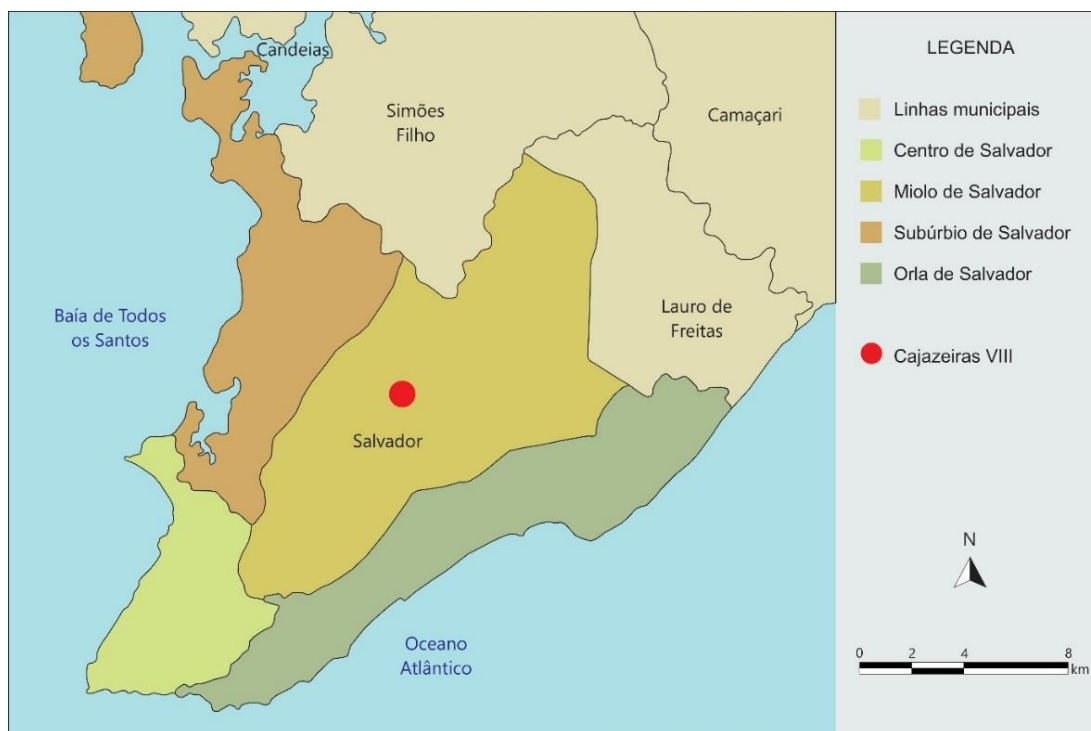
A macrounidade é ocupada, predominantemente, pelas populações de baixa renda, por meio tanto de conjuntos habitacionais quanto ocupações espontâneas (Fernandes, 2004; Salvador, 2009). Os Cadernos da Cidades (Salvador, 2009) apontam a existência de comércio e prestação de serviços pouco estruturados.

Segundo os dados obtidos no período de 2018 a 2020 pela QUALIS, a situação do Miolo não é homogênea, englobando bairros com boa infraestrutura urbana e melhor qualidade física da habitação, como Saboeiro e Resgate, e também bairros que apresentam grande presença de habitações precárias e baixos índices de saneamento básico, como Cassange, Nova Esperança e Jardim das Margaridas (Santos et al; 2022).

É nessa região que estão inseridas as comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte (Figura 12) que, para fins de implementação da política de urbanização realizada pela CONDER, foram agrupadas em uma única

localidade. Ambas estão localizadas no bairro de Cajazeiras VIII que se encontra localizado no Complexo Habitacional Cajazeira-Fazenda Grande.

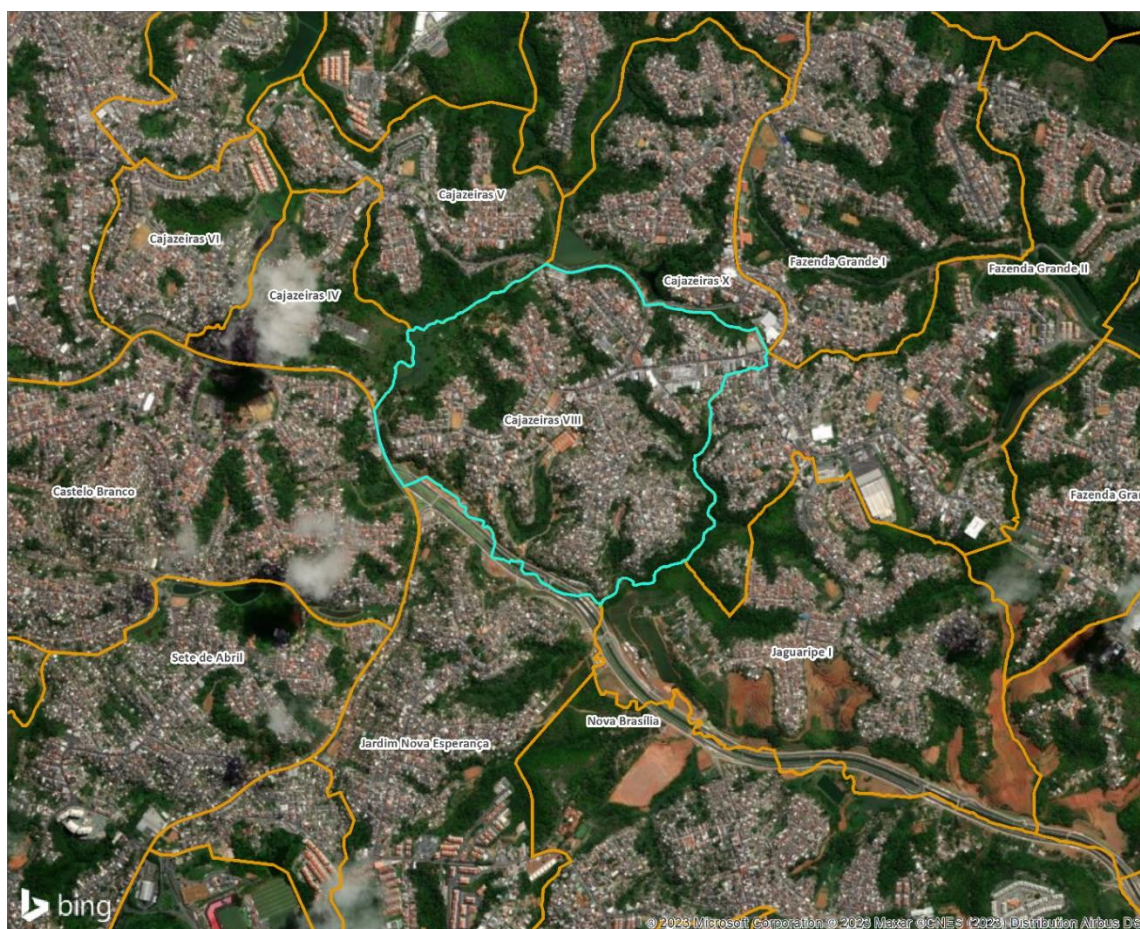
Figura 12- – Subdivisões de Salvador por áreas com indicação do bairro Cajazeiras VIII



Fonte: Thaís Brandão.

O bairro faz divisa com os bairros de Cajazeiras X, Cajazeiras V, Cajazeiras IV, Castelo Branco, Fazenda Grande II e Jaguaripe I, conforme Figura 13.

Figura 13 – Limites do bairro de Cajazeiras VIII



Fonte: Autoria própria.

O bairro de Cajazeiras VIII possui uma população estimada em 13.013 habitantes, sendo parda (55%) e preta (32,82%), do sexo feminino (53,19%) e na faixa etária de 20 a 49 anos (51,34%), segundo os dados do Observatório dos Bairros (2018). Sendo assim, há uma grande concentração de pessoas negras no território.

As comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte ao longo dos tempos se desenvolveram no entorno da Avenida 29 de Março que serve como ligação entre dois vetores de expansão importantes: Avenida Paralela e BR-324. Elas estão às margens do conjunto habitacional Cajazeiras VIII. Jardim das Mangabeiras tem como principal via de acesso a Rua Direta de Mangabeira e Chácara do Monte a Rua Jaguaripe; ambas possuem interseção com a Estrada da Paciência (Figura 14).

Figura 14– Vista de satélite do cruzamento entre a Estrada da Paciência e as ruas principais de Chácara do Monte e Jardim das Mangabeiras



Fonte: Autoria própria (2023).

Jardim das Mangabeiras (Figura 15) e Chácara do Monte (Figura 16) são comunidades circunvizinhas e que são facilmente confundidas pelos transeuntes de Cajazeiras quando perguntados sobre a localização.

Figura 15– Cruzamento entre a Estrada da Paciência e a Rua Direta de Mangabeira, rua principal da comunidade de Jardim das Mangabeiras



Fonte: Autoria própria (2023).

Figura 16 - Cruzamento entre a Estrada da Paciência e a Rua Jaguaripe, rua principal da comunidade de Chácara do Monte



Fonte: Autoria própria (2023).

Para fins de implementação do projeto, as duas comunidades foram agrupadas em uma única poligonal de intervenção (Figura 17), assegurando, desse modo, mais recursos.

No entanto, a poligonal abriga duas realidades distintas. Os moradores de Chácara do Monte não se reconhecem como integrantes da comunidade de Jardim das Mangabeiras. Embora para a CONDER o contrato de compra e venda não tenha valor legal para assegurar a posse, ele é visto como marcador de diferenciação das duas comunidades, bem como prova da realização da família em busca da casa própria.

5.2 História das comunidades e caracterização

Nas décadas de 70 e 80, através da implementação de algumas políticas públicas na área de habitação social trouxe um crescimento de conjuntos habitacionais promovidos pelo Governo do Bahia e por cooperativas do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) (Salvador, 2009). Dentre eles, surge o Complexo Habitacional Cajazeira-Fazenda Grande (Figura 18) cujo projeto foi elaborado pela empresa privada Hidroservice, em 1977 (Muniz, 2019). Posteriormente, foi revisado e executado pela empresa pública do Governo da Bahia, URBIS (Empresa de Habitação e Urbanismo da Bahia), extinta em 1998.

Figura 18 - Governador João Durval visita a construção dos conjuntos de Cajazeiras



Fonte: Jornal A Tarde (1983).

No entanto a ocupação formal de Cajazeiras que se iniciou nas décadas 70 e 80 como já referida foi por meio do decreto nº 24.922 de 20 de outubro de 1975, pelo

qual o governador da época Roberto Santos determinou a desapropriação das Fazendas União Cajazeiras, Jaguaripe de Cima ou Fazenda Grande e Chácara Nogueira (Silva, 2017). O complexo foi pensado como um bairro dormitório para os trabalhadores do Polo Petroquímico de Salvador.

Porém o que estava se verificando é que “uma cidade de 150 mil habitantes está nascendo em Salvador”: as manchetes dos jornais anunciavam a grandiosidade do complexo (Barbosa, 2009). A partir de um projeto desenvolvimentista, o Governo pretendia...

Implantar em Cajazeira um grande núcleo habitacional com serviços públicos e infra-estrutura, visando, assim, a criação de um novo pólo de atração urbana. Essa ocupação teria o caráter de núcleo autônomo, “especialmente organizado” e “capaz” de conduzir o crescimento ordenado da cidade (Almeida, 2006, p.60/61)

Houve a construção de escolas, delegacia, postos policiais, centros de saúde, postos de gasolina, centros comunitários, áreas de lazer, prédios de unidades habitacionais e lotes com núcleos habitacionais. Criada com a ambição de ser uma cidade de médio porte, em 1980, Cajazeiras já tinha se consolidado como uma cidade na periferia de Salvador (UFBA; CONDER, 2010).

Hoje podemos afirmar que Cajazeiras é um distrito autossuficiente que possui seu próprio centro comercial e de prestação de serviços que tem escolas, faculdades, unidades de saúde particulares e públicas, farmácias, entre outros. Por ter uma distância significativa do centro da cidade, para realizarem suas atividades cotidianas, os moradores preferem ficar na região onde suas necessidades são atendidas.

Nascida como combate ao “fenômeno das invasões” (Almeida, 2005), Cajazeiras foi circundada com várias ocupações ditas informais a partir da década de 80 em virtude da valorização dos terrenos e proximidade da infraestrutura urbana. O fenômeno não era exclusivo da região e acontecia em toda Salvador. O que contraria os estudos dos anos 80 que projetavam o declínio das ocupações aleatórias devido à expansão do mercado imobiliário (Gordilho Souza, 1990 apud Almeida, 2005) Assim, os conjuntos habitacionais ocuparam as áreas de cumeadas, enquanto a maior parte da área considerada como não edificável foi ocupada por famílias pobres, principalmente negras (Carvalho; Pereira, 2008).

As primeiras ocupações começaram em 1986, 2 anos após a implantação dos últimos conjuntos habitacionais na região (Almeida, 2005). E encontraram um momento favorável, pois havia sido eleito um governador de esquerda, João Durval,

com discursos contraditórios que oscilavam entre direito à moradia e direito à propriedade privada, que refletiam em ações ineficazes (Almeida, 2005). Salienta-se que houve diversas ações do Estado com vistas a coibir essas ocupações. Elas envolviam tanto repressões policiais quanto atividades de fiscalização e desmonte da URBIS, conhecido como “derruba” pelos antigos funcionários da URBIS.

Em Cajazeiras, as ocupações se consolidaram e expuseram problemas relativos à má utilização do solo, como deslizamento de encostas e desabamento, ao mesmo tempo que proliferaram os loteamentos residenciais irregulares e clandestinos (Salvador, 2009).

Nesse contexto, estão inseridas as comunidades de Chácara do Monte e Jardim das Mangabeiras. Elas possuem origens distintas e se apresentam como duas faces do processo de ocupação informal da região de Cajazeiras: Chácara do Monte surge de um loteamento residencial irregular, enquanto Jardim das Mangabeiras, de ocupações.

A Chácara do Monte surgiu de um loteamento irregular de terrenos realizado por um proprietário, conforme entrevista com Dona Felipa....

Eu morava em Águas Claras [...] E aí, casei e vim pra cá, morar aqui. Quer dizer, comprei o terreno primeiro, paguei. Foi um processo. Pra depois começar a construir. Casei e vim morar aqui. Eu moro aqui aproximadamente 20 anos [...] É, porque assim, aqui foi loteado pelos netos, pelos filhos. Lotearam. Que aqui é um loteamento de herdeiro. Aí eles foram e lotearam. E eu fui, comprei esse lote daqui. Muitas pessoas compraram o lote e dividiram em dois, em três. Então, por isso que tem várias pessoas. (Entrevista realizada com Felipa por Lorena Correia, Salvador, 22 de maio de 2023, entrevista pessoal)

À época, cada família recebeu um lote e foi autorizada a construir nos terrenos delimitados. Atualmente, é possível perceber ainda a divisão dos lotes, embora tenha havido muitas ampliações. Em Chácara do Monte as ruas são planas e arruamentos mais largos que permitem a passagem de carros e caminhão do lixo, mas existem escadarias para o acesso a algumas casas (Figura 19).

Figura 19 - Vista da Rua Barbara Batista Neves – Chácara do Monte



Fonte: Autoria própria (2023).

Enquanto, Jardim das Mangabeiras (Figura 20) teve origem distinta por meio de loteamento irregular, mas principalmente de ocupação.

Figura 20 - Comunidade de Jardim das Mangabeiras em 2007



Fonte: CONDER, 2007

Em 1990 Jardim das Mangabeiras surgiu de uma ocupação irregular do território inicialmente estimulada pelos herdeiros que tinham muitos débitos com os entes públicos e privados, conforme entrevista com Seu Passarinho.

Aqui consegui, aqui foi uma área dos herdeiros, e que estava com muito débito, muito débito. E os invasores aqui praticamente foram os próprios herdeiros, os invasores aqui foram os próprios herdeiros. A história daqui é uma história muito longa, certo? E eles pegavam os terrenos e vendiam, porque via que o governo ia tomar, né? E se não me engano, era pra estar devendo milhões, né? Milhões de rincas, de IPTU, então não tinha como. (Entrevista com Seu Passarinho realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

Sendo assim, ocorreu uma divisão dos terrenos localizados nas ruas mais externas da comunidade. No entanto, a apropriação desses lotes acabou saindo do controle dos herdeiros, resultando em uma ocupação espontânea das áreas mais internas.

Eu me lembro aqui do início, do dia que eu entrei aqui, já depois que foi invadido que o fogo lambou o mato, e ficou... as cercas daqui não eram, não eram arame. [...] A única árvore que ficou com folhas verdes depois de 15 dias foi o pé de nicuri, porque ele se renova rápido. (Entrevista com Zé Farias realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

Os moradores por meio de votação decidiram pelo nome de Jardim das Mangabeiras, segundo Dona Leonor. A escolha foi em homenagem às muitas mangabeiras que existiam no território, que, segundo os relatos, era um verdadeiro jardim das mangabeiras. Após a construção das casas, muitos pés de mangabeira permaneceram, fornecendo frutos aos moradores.

O território estava destinado à construção de conjuntos habitacionais pelo antigo IAPESB (Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado da Bahia) para os policiais. Sendo assim, a ocupação não foi pacífica e houve diversas tentativas de desapropriação pelo Estado por meio de força policial com o auxílio do setor da URBIS conhecido como “derruba”.

Vinham os camburões da choque e a gente tinha que dar testa mesmo pra poder garantir a moradia. [...] A caatinga que ACM trouxe... A gente teve que enfrentar aqui... É... Polícia até umas horas. E Pelegrino com a gente. Eles derrubavam... Derrubavam os barracos, vinha com o pessoal da URBIS e a choque com o combatente e as outras ficavam mais lá pra frente pra poder garantir a segurança caso houvesse necessidade. (Entrevista com Zé Farias realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

Segundo Seu Passarinho, a comunidade já tinha mais de 100 famílias quando as repressões foram reduzidas após mobilizações com o deputado federal Nelson Pelegrino. Foi feita uma articulação em Brasília entre os deputados federais Nelson Pelegrino e Luís Eduardo Magalhães, filho do então governador Antônio Carlos Magalhães, conforme trecho da entrevista abaixo.

Então, eles, Nelson Peregrino se uniu a ele [Luís Eduardo Magalhães] em Brasília pra poder fazer com que a gente não saísse daqui. E nosso advogado, que advogou pra nós aqui e que injetou alguma coisa foi Nelson Peregrino. Então, a gente não tem como dizer que Nelson Peregrino não foi, é o pai dessa comunidade. Ele é o pai da comunidade. Ele chegou aqui, ele abraçou isso aqui [...] (Entrevista com Zé Farias realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

Paralelamente, a comunidade estava passando por um processo de consolidação. Ela estava situada em uma região cercada por nascentes de rios que, infelizmente, se transformaram em esgotos a céu aberto hoje.

Aí você pergunta assim, Antes de vocês botarem a água aqui, vivia com que água? As nascentes de água que era tudo limpa. Então onde você vê esgoto correndo aí, a céu aberto, aí vai aí por baixo, tudo era água corrente limpa... (Entrevista com Zé Farias realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

Conforme Figura 21 abaixo, podemos observar que a região é transpassada por um rio. No entanto, devido à distância e ao relevo, os moradores não tinham acesso direto à água dessas nascentes. O acesso à água se dava por meio de duas fontes que estavam situadas em áreas distintas (Mangabeira 1 e Mangabeira 2)¹⁰, atendendo, assim, a toda comunidade.

¹⁰ Nomenclaturas também adotadas pela CONDER, Mangabeira 1 refere-se à área circundante à Rua Direita de Mangabeira e Mangabeira 2, à Rua Novo Horizonte. É importante salientar a existência de Mangabeira 3 que é ligada à Chácara do Monte. A Associação de Moradores de Jardim das Mangabeiras considera essa área como integrante de Jardim das Mangabeiras, embora os moradores da região não se considerem.

Figura 21 - Hidrografia de Cajazeiras VIII



HIDROGRAFIA CAJAZEIRAS VIII



0 250 500 750 m

- * NASCENTES
- CURSO D'ÁGUA
- BAIRROS SALVADOR

FORNTE DE DADOS: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2009
IMAGEM: Google Satellite, 2022 / ELABORAÇÃO: Elenaldo Torres- 2023

Foi na Rua Paulo Costa (Figura 22) que se deu início ao processo de acesso à água por meio de torneiras instaladas ao longo do logradouro. Em virtude disso, ela foi conhecida pelos moradores mais antigos como Rua das Torneiras. A ligação clandestina foi articulada por Zé Farias e Seu Passarinho com o apoio da comunidade.

A gente não ia lá embaixo não, que era mais longe. Tinha uma fonte aqui. Primeira Travessa Paulo Costa era onde a gente pegava água para todo tipo de uso, para todo tipo de uso, tomar banho, para fazer massa. [...] Aqui do lado da Mangabeira 1. Mangabeira 2 já tinha uma outra fonte lá embaixo já, onde hoje são os prédios. Aí tinha uma fonte lá que o pessoal pegava água lá. Quem era mais próximo daqui, pegava aqui. Quem era mais próximo de lá, pegava água lá... E aí, quando a gente se juntou aqui, falou, rapaz, a gente tem que puxar água de algum lugar... Do lado de lá do Parque São José. (Entrevista com Zé Farias realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

Figura 22- Rua Paulo Costa, conhecida como Rua das Torneiras



Fonte: Autoria Própria.

Em relação à energia, Seu Zé Farias afirma que as ligações clandestinas foram mais complicadas porque tiveram que ir mais longe. Depois que houve a ligação na Rua Paulo Costa, surgiram demandas por mais ligações que foram feitas com a contribuição da comunidade. Muitas vezes a energia caía por conta de “gatos”¹¹ feitos por pessoas sem conhecimento técnico.

Mais distante, a gente teve que pegar um pouco mais pra cima. Aí foi lá, pegou a luz, trouxe para aqui para dentro. Depois que a gente fez isso aí, aí o povo veio. Pô, aquela rua tem, aquela rua tem. A gente precisa de outras ruas também. [...] Agora vocês vão ter que colaborar para a gente poder fazer essa rede e esticar mais pra lá. (Entrevista com Zé Farias realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

Portanto, observamos que houve diferenças nas ocupações das duas comunidades, o que gera pertencimentos distintos nos moradores. Em Chácara do Monte, ocorreu uma demarcação de lotes, o que permitiu abertura de ruas na área mais alta facilitando a circulação das pessoas e veículos (Figura 23). No entanto, ainda houve a ocupação de forma mais organizada das encostas e, por isso, existem escadarias e ladeiras.

¹¹ Ligações clandestinas.

Figura 23 - Rua Barbara Batista Neves – Chácara do Monte



Fonte: Autoria própria.

Apesar de ter sido uma ocupação de forma espontânea, as ruas de Mangabeira não são estreitas. No entanto, o estacionamento de carros nas ruas principais vem causando transtornos na passagem da única linha de transporte coletivo que adentra a comunidade (Figura 24).

Outrossim, o transporte público desempenha papel fundamental na vida das comunidades, permitindo o acesso a oportunidades educacionais, de emprego e de lazer, além de promover a inclusão social. Entretanto, torna-se um desafio para os moradores dessas comunidades, principalmente aqueles que foram contemplados pelas unidades habitacionais em áreas mais afastadas das ruas principais.

A gente falou de fazer o final de linha ali. Ali no... Onde tem um campo. Porque o que é que acontece? Ali tem nove boxes [comerciais]. E tem um campo de futebol. Então os meninos ficam jogando até tarde. Então o ônibus não ia ter problema de chegar e sair dali tarde. E ia beneficiar o povo daí. Porque o povo daí, ó, sorte agora que o ônibus entra. Porque antes o ônibus não entrava. Então soltava ali e entrava e saía tudo. Imagina um cadeirante. Eu só penso nisso, gente. (Entrevista realizada com Felipa por Lorena Correia, Salvador, 22 de maio de 2023, entrevista pessoal)

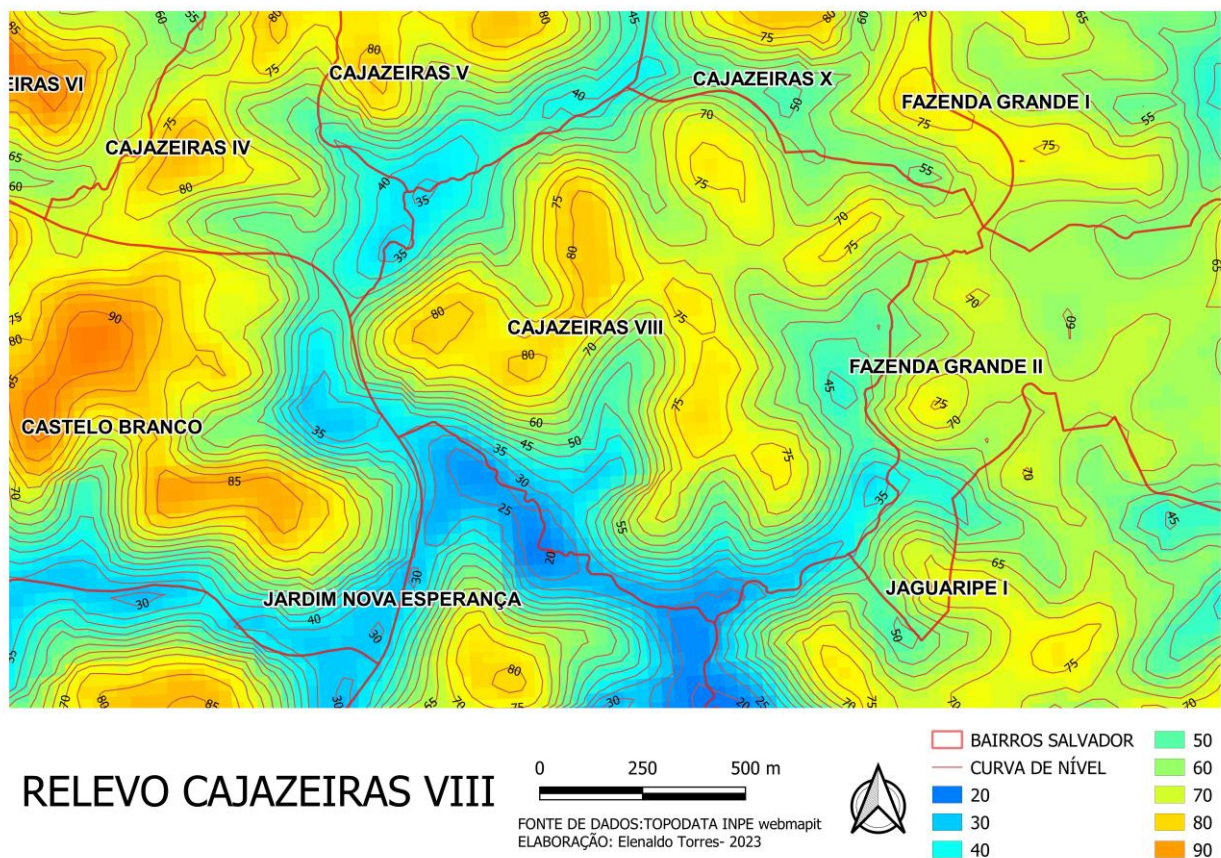
Figura 24 - Rua do final de linha da comunidade de Jardim das Mangabeiras



Fonte: Autoria própria.

Ademais, observamos que Cajazeiras VIII possui um relevo acidentado, conforme Mapa abaixo.

Figura 25 - Relevo de Cajazeiras VIII



Assim, existe a ocupação recorrente dos vales e encostas em Jardim das Mangabeiras (Figuras 26 e 27), sendo constantes as escadarias, ladeiras íngremes e casas mais precárias na comunidade.

Figura 26- Escadaria da comunidade de Jardim das Mangabeiras



Fonte: Autoria própria.

Figura 27 - Escadarias para acesso às casas – Jardim das Mangabeiras



Fonte: Autoria própria.

Ao percorrer as ruas da comunidade de Jardim das Mangabeiras para a

pesquisa, tivemos a participação de seus moradores Seu Avante e Carine¹² que permitiram o acesso às ruas com facilidade, mas também entender a percepção dos mesmos sobre pontos importantes sobre a própria comunidade. Dessa forma, encontramos uma comunidade em contínua transformação que busca dar conta do crescimento populacional por meio de construção de novas casas depois do término da requalificação urbana promovida pela CONDER. Em conversas informais com os ocupantes dessas áreas, podemos observar o anseio por melhorias na acessibilidade às suas casas, geralmente por escadarias de barro.

No que tange à oferta de serviços públicos, Jardim das Mangabeiras é contemplada com um maior número de equipamentos em comparação à Chácara do Monte. Eles são contemplados pela Escola Municipal Professor Ricardo Pereira, voltada para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos e pela Unidade de Saúde Básica Jardim das Mangabeiras. Sobre o funcionamento, existem reclamações em ambas comunidades. No entanto, a comunidade de Chácara do Monte não faz parte da atuação do posto de saúde, ficando à margem do serviço, conforme fala Dona Felipa.

Porque o posto daí tem que atender. Só que aí tem uma gravidade. O posto daí atende o povo daí. O povo daqui é a parte descoberta. Entende? Não tem cobertura aí. Aí você tem que brigar. Ah, tem vaga. Depende. Porque tem pessoas que já foram e já voltaram porque disseram que não tem como. (Entrevista realizada com Dona Felipa por Lorena Correia, Salvador, 22 de maio de 2023, entrevista pessoal)

Outrossim, as ruas principais das Cajazeiras estão localizadas em áreas planas, o que facilita o acesso a pé dos moradores¹³ das comunidades de Chácara do Monte e Jardim das Mangabeiras.

Eu digo assim, Lorena, é um quadrado ou um círculo onde todo mundo se encontra. No sentido que tem lugares aqui que você não precisa pegar transporte. Você vem andando. (Entrevista realizada com Dona Felipa por Lorena Correia, Salvador, 22 de maio de 2023, entrevista pessoal)

Ademais, conforme Mapa abaixo, é curta a distância entre a rua principal de Mangabeira e a Rótula da Feirinha (Figuras 28 e 29), local de concentração de

¹² Em virtude da disponibilidade, não foi possível realizar entrevistas com esses moradores para escrever suas histórias de vida.

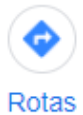
¹³ Salienta-se que pessoas com mobilidade reduzida (cadeirantes, idosos, entre outros) têm seu acesso limitado pelas barreiras físicas, como calçadas irregulares, estacionamento irregular, entre outras.

comércio e serviços da região de Cajazeiras.

Figura 28 - Distância entre a rua principal de Jardim das Mangabeiras e a Rótula da Feirinha



13 min (950,0 m) via Estr. da Paciência



Fonte: Google Maps (2023).

Figura 29 - Foto aérea da Rótula da Feirinha



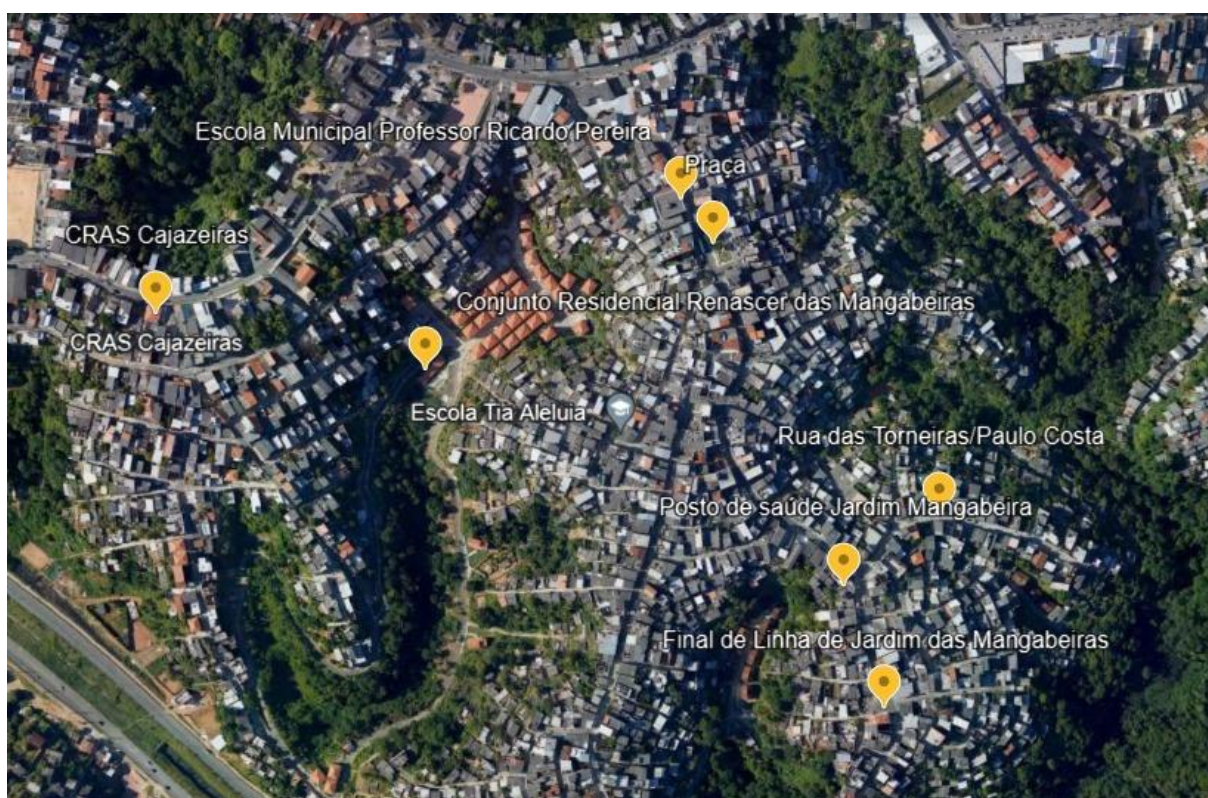
Fonte: André Vinagre (s.d) apud Virgens et al (2020)

Ela também oferece as oportunidades de emprego, principalmente, aos jovens e as mulheres nas áreas ligadas ao comércio informal e emprego doméstico, segundo a liderança comunitária (CONDER, 2018). Não encontramos fontes para o melhor embasamento dos ofícios, trabalho, ocupação e atividade econômica da população negra nas comunidades, um dos eixos apresentados do conceito de bairros negros.

Desse modo, na região de Cajazeiras/Fazenda Grande eles podem encontrar bancos, Prefeitura Bairro, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), além de uma vasta variedade de lojas voltadas para alimentação, beleza e saúde, que atendem às demandas rotineiras da população.

Apresentamos mapa abaixo (Figura 30) com a sinalização dos principais pontos das comunidades citados pelos moradores nas suas narrativas no bairro de Cajazeiras VIII.

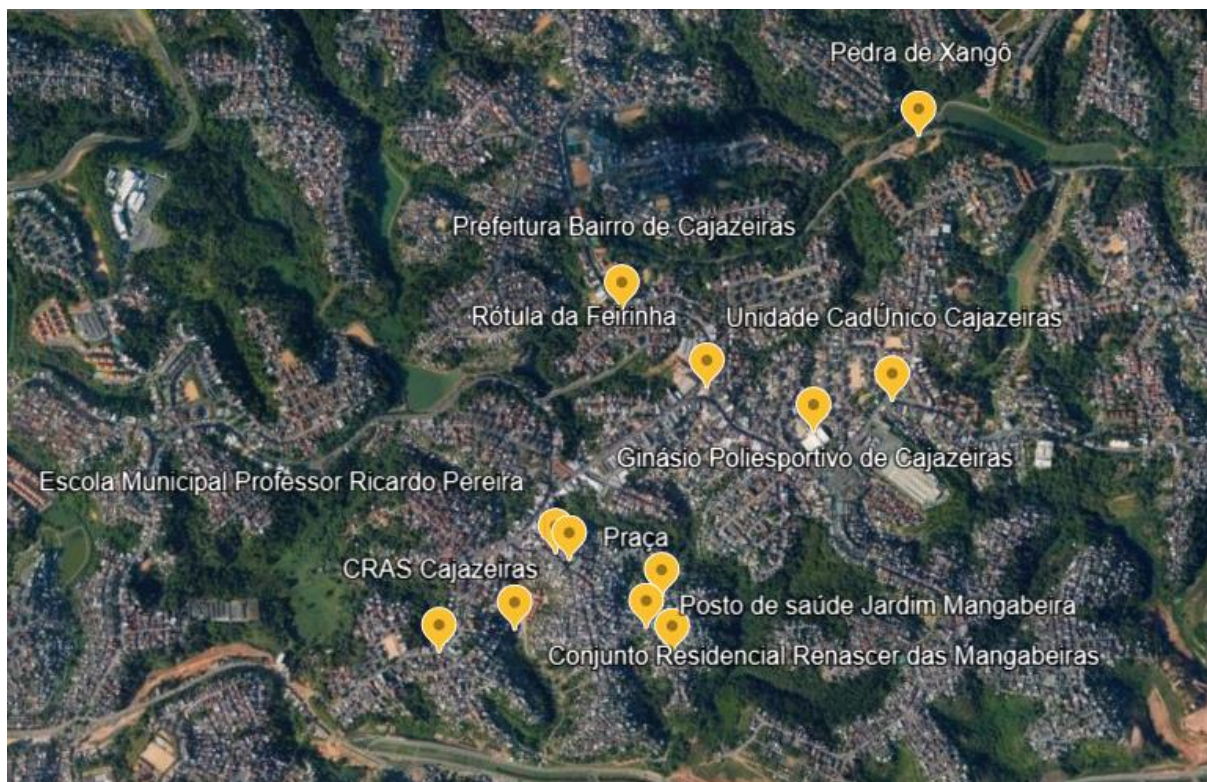
Figura 30 - Pontos importantes do bairro de Cajazeiras VIII



Fonte: Google Earth. Elaborado por Lorena Correia (2023).

Nesse sentido, também abrangemos os pontos citados na região de Cajazeiras por meio da versão ampliada a seguir (Figura 31).

Figura 31 - Pontos importantes na região de Cajazeiras



Fonte: Google Earth. Elaborado por Lorena Correia (2023).

À luz dos eixos que caracterizam um bairro negro, os moradores foram questionados sobre entidades, agremiações e sociabilidades negras, além de manifestações ligadas à cultura negra.

Desse modo, os moradores relataram que as opções de lazer dentro das comunidades são restritas, abarcando apenas ao futebol e aos paredões¹⁴. São 4 clubes na ativa na comunidade: Mangabeira F.C., Flamengo, Fluminense e Esporte Clube Mangabeira. Entre eles, 2 times competem na Copa Cajazeiras¹⁵ e são motivo de orgulho.

Bom, aqui só aqui dentro tem dois times de futebol... Tem quatro, só os que destacam são dois. [...] Tem dois aí que ficam mais para fora, participam da Copa Cajazeiras. (Entrevista com Zé Farias realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

¹⁴ São festas conhecidas como paredões, que envolvem dança, caixas de som gigantes e música, geralmente pagode, funk e outros ritmos populares.

¹⁵ A Copa Cajazeiras é um campeonato de futebol amador que ocorre na região de Cajazeiras há mais de 15 anos e promove a valorização do futebol amador e integração dos moradores, além de fortalecer o comércio local.

Compreendemos, assim, o futebol, historicamente, como lócus de sociabilidades negras. Futebol, músicas, festividades religiosas, irmandades negras, associações de luta contra racismo mostram a pluralidade de existência de afrodescendentes nos territórios (Silva, 2018).

Nessa perspectiva, também são citados os paredões acontecem na Rua Novo Horizonte (Jardim das Mangabeiras) nos fins de semana. Podemos, então, inferir que são novas formas de sociabilidade negra produzidas nesses territórios pela juventude negra que está sempre se reinventando.

Também apontam que o entorno possui opções de lazer e cultura que podem ser acessadas devido à proximidade com outros bairros do Complexo Cajazeiras. Assim...

Aqui tem o teatro Boca de Brasa, que é recente, ali na 10, na 10, na 2. É porque aqui é um negócio assim, meio junto, aí você já não sabe pra que lado é. Isso aqui fica no mercado municipal. Hoje tem o teatro Boca de Brasa. A gente tem o cinema e tem o esporte. O... Como é que diz? Coisa de esportes, ali. Ginásio de esporte, que é do estado. Mas, assim, eu vejo pouco. Mas existe, né? Solta, mas existe. (Entrevista realizada com Dona Felipa por Lorena Correia, Salvador, 22 de maio de 2023, entrevista pessoal)

“[Cajazeiras] é um grande terreiro”, disse Dona Felipa. Entretanto, quando questionados, os moradores entrevistados não sabem enumerar muitas religiosidades negras e manifestações culturais negras no território. Conforme Seu Passarinho, atualmente existem na comunidade cerca de 12 terreiros, sendo o maior o de Dona Nalva na Jaqueira. Ademais, existe um grupo de capoeira oriundo de Cajazeiras 10 que tem as atividades no território apoiadas pela Associação.

Durante a pesquisa de campo, presenciamos uma caminhada do povo de axé nas ruas da comunidade de Mangabeiras, conforme Figura abaixo.

Figura 32 - Caminhada do povo de axé nas ruas de Jardim das Mangabeiras



Fonte: Autoria própria.

Podemos observar que, embora haja manifestações, a valorização da identidade negra e da cultura afro-brasileira ainda não é amplamente abordada na comunidade pela Associação e pelos moradores entrevistados.

Entretanto, destacamos a historiografia da região de Cajazeiras, principalmente que a ocupação na região é anterior à construção do conjunto habitacional de Cajazeiras-Fazenda Grande. Sua existência está relacionada aos Quilombos do Urubu e Quilombo do Buraco do Tatu. A região de Cajazeiras fica justamente no caminho de passagem entre os dois quilombos e que permite “cortar caminho” para chegar ao outro lado da cidade. Anos mais tarde, em 1940, é construída a Estrada Velha do Aeroporto, estrada que liga base aérea (Aeroporto) e base naval (São Tomé de Paripe) (Silva, 2017)

Apesar de Cajazeiras ter sido pensada como um bairro-dormitório voltado para os trabalhadores do Polo Petroquímico da Região Metropolitana de Salvador, “os moradores têm buscado fortalecer ou reavivar maneiras de convivência e valores coletivos baseados fundamentalmente em uma cultura originária: a cultura afro-brasileira” (Barbosa, 2009, p.22).

5.3 Intervenções físicas e articulações políticas

Então é o seguinte, a história nossa aqui é uma história [...] do antes e do depois. Muito sofrimento, muito sofrimento pra gente chegar onde chegou. (Entrevista com Seu Passarinho realizada por Lorena Correia, 10 de junho de 2023, entrevista presencial)

As melhorias na infraestrutura são fruto das lutas e articulações políticas dos seus moradores. Após obterem a garantia de permanecer no território, surgiram os desafios para promover melhorias na infraestrutura.

Tudo através de quê? Da associação de moradores. Que as vezes o povo quando fala assim, associação de moradores, o que significa associação de moradores? É o povo. É o povo. Não é eu, não é Zé, não é ela, não é ele, não é você. É o povo. Quando vocês se unem, você consegue as coisas, amiga. (Entrevista com Seu Passarinho realizada por Lorena Correia, 10 de junho de 2023, entrevista presencial)

Com essa fala do seu presidente, destacamos a atuação da Associação de Moradores do Loteamento Jardim das Mangabeiras, criada em 1990 (Figura 33). Foi muito difícil conseguir entrevistas individuais com os membros da Associação, pois eles fazem questão de estar juntos para tratar os assuntos relativos à comunidade. Nessas entrevistas e nas reuniões de moradores, é possível observar que a luta para condições dignas de moradia, realmente, começa no chão das comunidades envolvidas.

As adversidades de morar um território transpassado pelo racismo antinegro são enfrentadas por meio de articulações coletivas que envolvem dissensos, consensos e negociações entre os moradores. Existem conquistas, assim como embates e desmobilização dos moradores que cada vez mais se sentem mais estimulados a participar somente quando se trata de seus próprios problemas, de acordo com os entrevistados.

Figura 33- Aniversário de 3 anos da Associação de Moradores



Fonte: Cedida pela Associação de Moradores do Loteamento de Jardim de Mangabeiras [199-].

Os diálogos com os moradores e vizinhos são essenciais para manter o respeito e priorizar as demandas da comunidade, segundo a Associação. Após a definição das pautas pela comunidade, existe o desafio de ser atendido nos órgãos públicos, conforme nos relata Seu Passarinho.

E você tem que ter sangue de barata para estar nesses órgãos. Porque os órgãos, é o seguinte, eu marco uma reunião com você. Digamos que você é uma chefona lá na CONDER. Aí, ele é prefeito do interior. Já está marcado com a Associação. Mas, como ele é prefeito, o patamar dele é maior do que o meu, que sou líder comunitário. Eu estou lá com o meu povo lá. Marquei o horário de que está lá. Mas, o que é que ocorre? De quem é a oportunidade? É minha ou do prefeito? É a compreensão. Porque eu brigo nos órgãos por isso. Porque se eu marcar com você, pode vir quem for. Pode vir presidente. Pode vir quem for. Se ele quiser sentar para ouvir com a gente, ele vai ouvir. Não é isso? Mas eu tenho que dar prioridade a você que está com o horário marcado. Não importa porque ele é presidente. Eu sou um cara pelo certo. Mas, infelizmente, o nosso país é todo abandonado. Ninguém respeita o direito de ninguém. (Entrevista com Seu Passarinho realizada por Lorena Correia, 10 de junho de 2023, entrevista presencial)

Logo de início, a Associação se tornou referência para outras associações na região. Salientamos que a Chácara do Monte não possui associação de moradores, o que dificulta na percepção de Dona Felipa a conquista de benefícios para a comunidade¹⁶.

Porque lá, o que que acontece? As pessoas de lá, eu vejo que são mais unidas. Porque aqui, como a Chácara do Monte é Chácara, o povo acha assim, ah, o de lá que brigue. Não tem essa união. (Entrevista realizada com Dona Felipa por Lorena Correia, Salvador, 22 de maio de 2023, entrevista pessoal)

Essas diferenças podem estar relacionadas à própria origem das comunidades. Enquanto Mangabeiras foi forjada na luta pelo direito à moradia, enfrentando resistências do Estado, Chácara do Monte iniciou em loteamento irregular com famílias de diversas partes de Salvador e não tem histórico de lutas para pautas coletivas.

Ademais, o protagonismo da comunidade de Jardim das Mangabeiras por meio de coleta de dados e mobilizações aparece nas falas dos integrantes da Associação de Moradores. Eles se organizaram para fazer a planta e fotografar as vulnerabilidades da comunidade (Figura 34), conforme relato abaixo.

Foto de rua, esgoto a céu aberto, buraco, rua isso, rua aquilo.. Você vai ver lá, foi José Farias que tirou, pode ter outro pai da criança, que sempre acontece isso. Mas as fotos que tinha aqui, as fotos antigas daqui, todas foram tiradas com a máquina Kodak. Com filme, comprava os filmes, ia lá, comprava, botava, comprava, ia lá. [...] Não sei se você já chegou a conhecer Foto Novaes. [...] Era na Rota da Feirinha, tinha um revelador de fotos, chamado Foto Novaes. Então ele vendia filme, ia revelar uma foto e fazia meu trabalho com ele lá. Moço, pra que você faz isso aqui? É da comunidade, meu irmão, é o que está aqui. (Entrevista com Zé Farias realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

¹⁶ Existe na fala do presidente da Associação de Jardim das Mangabeiras a inclusão de Chácara do Monte nas melhorias pretendidas, mas ele admite que encontra certa resistência dos moradores de Mangabeiras que não entendem a Chácara como parte integrante.

Figura 34 - Foto antiga da Comunidade de Jardim das Mangabeiras



Fonte: Cedida pela Associação de Moradores do Loteamento de Jardim de Mangabeiras [199-].

Em 2004, através da emenda parlamentar de Nelson Pellegrino, deputado federal, os moradores conseguiram a implementação de obras voltadas para infraestrutura e saneamento básico pela CONDER com recurso federal.

Eu fazia... Eu tirava foto, eu fazia... pegava aquelas cartolinas grandes, papel metro, pra poder fazer o que era necessário, o que precisava. E essas informações que foi criada com foto, com tudo, Nelson Peregrino pegou isso aí e levou pro Brasília. Disso aí veio o que precisava pra comunidade. Ele fez a maquete do ambiente e aí [...](Entrevista com Zé Farias realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

A escolha da comunidade foi um processo político resultado das articulações com políticos de esquerda, especialmente Nelson Pellegrino, à época deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que aparece como um dos principais representantes partidários dos interesses da comunidade. O contexto era favorável a

essas articulações devido à ascensão do PT ao governo nacional em 2003, com Luís Inácio Lula da Silva como presidente.

Por se tratar de uma emenda parlamentar com recursos financeiros limitados, o projeto inicialmente concentrou-se nas áreas da cumeada, o que gerou reclamações por parte dos moradores devido ao foco das intervenções físicas serem nas áreas de melhores condições de habitabilidade em comparação com as localizadas nos vales, onde o saneamento era precário e as casas eram construídas com materiais de refugo.

Em 2007, foram iniciadas as obras promovidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) as quais ocorrem até hoje por meio da ação de Urbanização de Favelas com recursos oriundos do Orçamento Geral por meio de repasses do Ministério das Cidades através Caixa Econômica Federal - CAIXA. Sob a gestão do governador Jacques Wagner e posteriormente, Rui Costa, a CONDER teve papel importante na implementação do PAC em Salvador, beneficiando várias comunidades na cidade. Algumas comunidades que receberam investimentos e melhorias por meio do PAC, em parceria com a CONDER, foram: Baixa do Soronha (Itapuã), Nova Constituinte (Periperi), Recanto Feliz e Paraíso Azul (Costa Azul), dentre outras.

A definição das comunidades beneficiadas atendeu aos critérios técnicos, uma vez que todas apresentavam áreas com condições de habitabilidade precárias. No entanto, existe o caráter político dessas escolhas por meio da pressão e organização das associações e grupos políticos envolvidos.

Bom, o PAC de construção civil. Nós começamos em 2005 [...] foi muita luta para chegar onde nós chegamos. [...] As reuniões. Nós fechamos aqui em 2004. Em 2004, nós fechamos aí, 2003, 2004, foi muita luta. Chamamos todos os órgãos, atenção dos órgãos, tanto federal, como estadual, como município. Veio pessoal de tudo quanto foi lugar para nos apoiar. Botamos duas pessoas dentro de um caixão, no meio da pista. Foi a evolução que a gente fizemos, que em Salvador nunca teve a evolução que nós fizemos aqui, dentro do patamar, no direito de ir e vir. Não teve dano nenhum, não teve quebraimento de nada. Entendeu? Porque eu sou pelo justo. (Entrevista com Seu Passarinho realizada por Lorena Correia, Salvador, 10 de junho de 2023, entrevista pessoal)

À época, foram realizadas reuniões com as comunidades a serem beneficiadas, inclusive Jardim das Mangabeiras, a fim de debater as obras do PAC durante a gestão da ex presidente da CONDER e hoje deputada Maria Del Carmem, de acordo com a

orientação do Estatuto da Cidade. Elas foram avaliadas pela comunidades como satisfatórias.

Figura 35 – Reunião da CONDER com lideranças e moradores em 2008



Fonte: CONDER (2008)

Figura 36 - Reunião com a ex presidente da CONDER Maria del Carmem, hoje deputada estadual



Fonte: CONDER (2008)

Assim, o papel político da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) é evidente, tendo sido utilizado como estratégia por diferentes gestões, tanto carlistas quanto petistas, na disputa pelo poder em Salvador, especialmente durante as eleições municipais. A empresa costuma ser usada como “espécie de ‘prefeitura paralela’”, ampliando a sua influência (Leiro, 2023, n.p.). A relevância da CONDER na implementação das políticas urbanas é destacada pelos ofícios e manifestações dos movimentos sociais e associações de bairro que frequentemente dirigem críticas e solicitações à companhia.

A obra foi dividida em três etapas, totalizando 35,8 milhões de reais investidos (ASCOM/CONDER et al, 2020). Na primeira etapa, em 2011, foram entregues 60 unidades habitacionais, 50 melhorias habitacionais, além de um centro comunitário, creche, centro de saúde e estação de tratamento de esgoto. Também foram instaladas redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem, e realizada pavimentação e construção de alvenarias de contenção (ASCOM/CONDER, 2011), conforme Figuras 37 e 38 abaixo.

Figura 37 - Entrega da 1ª etapa da obra em Jardim das Mangabeiras em 2011



Fonte: ASCOM/CONDER (2011)

Figura 38 - Parquinho entregue na 1ª etapa da obra



Fonte: ASCOM/CONDER (2011)

Somente depois de aproximadamente 6 anos, a 2ª etapa foi entregue em 2017 (Figuras 39), com investimento de em torno de R\$ 35 milhões. Foram construídas 234 unidades habitacionais, praças, quadras de esportes, quiosques comerciais e equipamentos de lazer. Também foram realizadas pavimentação de ruas, rede de abastecimento de água e rede coletora de esgotamento sanitário (Redação Jornal O Sollo, 2017).

Figura 39 - Entrega da 2ª etapa em Jardim das Mangabeiras em 2017



Fonte: Redação Jornal O Sollo (2017).

Em 2020 na última etapa, houve a entrega das 36 unidades habitacionais (Figura 40). Atualmente, pequenas obras mais voltadas para encostamento e pavimentação estão em andamento.

Figura 40- Entrada da última etapa em Jardim das Mangabeiras em 2020



Fonte: ASCOM/CONDER (2020)

Durante a coleta de dados secundários, foram encontradas algumas fotografias que mostram o desenvolvimento da obra na comunidade. Nelas é possível observar como houve o adensamento da região das Cajazeiras/Fazenda Grande que antes conservava uma grande área verde (Figura 41).

Figura 41- Vale da Fazenda Grande/Cajazeiras em 2007



Fonte: CONDER (2007)

Nas Figuras 42 e 43, vemos a ocupação constante das áreas mais íngremes e com difícil acesso.

Figura 42 - Casas na poligonal de Jardim das Mangabeiras em 2008



Fonte: CONDER (2008).

Figura 43 - Vista da poligonal de Jardim das Mangabeiras em 2009



Fonte: CONDER (2008)

Conforme relatos dos moradores, parte significativa do processo de urbanização do bairro ocorre pela intervenção da CONDER desde 2007 por meio de obras urbanas na área de habitação social, qualificação urbanística e ambiental, mobilidade urbana e regularização fundiária. Em relação à atuação da prefeitura nas comunidades, não encontramos informações precisas sobre obras. No entanto, observamos placas da prefeitura no território, sinalizando obras da prefeitura. Ademais, segundo os moradores, a prefeitura foi responsável por algumas escadarias, iluminação pública e pela reforma mais recente da praça de Mangabeiras que foi construída pela CONDER.

Paralelamente à execução das obras nas comunidades, são realizados o diagnóstico socioeconômico e o projeto social, elaborado com base no primeiro. Esses documentos atendem aos critérios estabelecidos pela CAIXA, órgão financiador do programa, que exige o desenvolvimento de um projeto social (Figura 44) voltado para os moradores da comunidade que será alvo das intervenções.

Figura 44 - Campanha Não à violência contra as Mulheres em 2006



Fonte: CONDER (2006)

Dentre as ações previstas, estão a realização de reuniões para apresentação dos projetos físico e social, assembleias e a formação de uma comissão de bairro para acompanhar tanto as intervenções físicas quanto as sociais (Figura 45).

Figura 45 - Reunião da Comissão de Acompanhamento das intervenções físicas e sociais



Fonte: CONDER (2021)

Conforme tratado anteriormente, os aparatos legais e institucionais em relação às políticas urbanas e habitacionais prezam pela gestão democrática como um dos seus instrumentos a fim de assegurar o direito de forma mais igualitária por meio das realização de debates, consultas e audiências públicas. Nesse sentido, enfatizamos que, de acordo com a equipe social da CONDER à época, houve um diálogo constante com a comunidade, com trocas significativas de informações e retorno sobre as medidas adotadas tanto na parte física quanto na parte social do projeto. Isso também é corroborado pelos relatos dos moradores.

Outro aspecto é que, embora haja a participação da população negra, não há uma intenção consciente nesse processo de gestão democrática. Isto é, não há orientação clara para que a participação de pessoas negras seja garantida com vistas a atender às diretrizes do Estatuto da Igualdade Racial.

Ademais, considera-se as demandas locais e aspirações locais para escolha destacando a participação ativa e assertiva da comunidade de Jardim das Mangabeiras.

Apesar disso, há reclamações pelos moradores sobre a condução do processo pela CONDER, principalmente no que tange à resposta das demandas apresentadas pelos moradores.

Dona CONDER é só Jesus na causa. Aí você faz uma solicitação, leva 200 milhões de anos esperando a resposta. E aí vem pra fazer qualquer coisa, depois faz as coisas pela metade e... Deixa as coisas pela metade. Só faz as coisas pela metade, nunca faz o negócio completo, sabe? Aí tem que fazer reclamação, aí vai de novo, você não bota o Seu Passarinho no meio, o Seu Passarinho não vai lá pra revolver. É uma luta, só Jesus. (Entrevista com Dona Ana realizada por Lorena Correia, Salvador, 22 de outubro de 2023, entrevista pessoal)

Essa reclamação é compartilhada também pelos moradores da Chácara do Monte, conforme nos relata Dona Felipa.

Eu vi um abuso de autoridade que não era autoridade. Entende? Porque assim, Lorena, é o que eu digo pra eles direto quando eu tô em reunião. Gente, vocês têm que ouvir a comunidade. Vocês não podem chegar, fazer a obra e ir embora. Vocês vão embora. Quem vai ficar no problema é a comunidade. Como essa bendita da ladeira aí. Não sobe material de construção. Não sobe nada, Lorena. (Entrevista realizada com Dona Felipa por Lorena Correia, Salvador, 22 de maio de 2023, entrevista pessoal)

O lapso temporal entre a retirada das famílias e sua realocação em unidades habitacionais provocou indignação na comunidade, pois muitas famílias aguardaram recebendo um auxílio aluguel social pago pela CONDER no valor de 300 reais, vigente à época, e outras famílias aguardaram vivendo de favor em casas de familiares. Atrasos nas obras são comuns em obras públicas e reflete a falta de planejamento público e político e compromisso para as comunidades, mas também entraves nos trâmites burocráticos no pagamento das obras.

No processo de obtenção da nova unidade habitacional, muitos optaram por indenização ou faleceram devido à demora. Os que desistiram da entrega ou já tinham optado pela indenização tiveram que aceitar o valor irrisório da indenização paga pela CONDER que ao não considerar o terreno, acaba por inviabilizar a compra de terrenos ou casas na mesma localidade, aumentando a vulnerabilidade das famílias.

O não pagamento da indenização do terreno diminui o valor da indenização recebida pelas famílias e é alvo de reclamações recorrentes pelos movimentos por moradia que defendem que há desrespeito à Constituição Federal,

[...] que assegura o direito de usucapião urbano para as ocupações com mais de 5 anos e até 250 m², bem como o Estatuto da Cidade e à legislação internacional de proteção aos direitos humanos, da qual o Brasil é signatário, uma vez que os despejos forçados são nela previstos como crime (DOSSIÊ, 2003, p.74/75).

No entanto, não há direito à usucapião¹⁷ em terrenos públicos, conforme consta nos artigos 183 e 191 da Constituição Federal. Desse modo, podemos afirmar que há um desequilíbrio na balança entre o Estado e os as famílias, no qual os moradores, embora sejam assistidos pela equipe social ou física, estão em clara desvantagem.

Alguém comprou, não construiu, aí a CONDER, porque a CONDER também chegou aqui com muita pose e o terreno não é seu. Digo, vem pra minha casa. Compras e vendas não é documento, digo. Então vem pra minha casa. Porque eu acho assim, que as pessoas precisam respeitar o outro. E aqui a CONDER, alguns tentaram se sair de bom. Como a casa do meu vizinho ali que tinha um quarto e sala, banheiro aqui e derrubaram. Bota no Ministério Público. Ele foi e botou. A CONDER rapidinho foi lá e derrubou o terreno a ele. Porque ele comprou. Não interessa se ele comprou na mão do ladrão, de quem for, mas ele comprou. Ele tá com o documento dele de compra e venda. Então tem que saber respeitar quem tá aqui como morador. E eu vejo que nessa parte aí teve algumas coisas que eles pecaram. Eu só digo assim, toma a minha. A minha tá construída ali, pode tomar. Entende? (Entrevista realizada com Dona Felipa por Lorena Correia, Salvador, 22 de maio de 2023, entrevista pessoal)

Ao analisar as alternativas habitacionais propostas para a comunidade, nos deparamos com o predomínio da verticalização, o que pode ser verificado pelas Figuras já apresentadas. Acostumados com a vivência em casas, as famílias enfrentam grandes desafios na convivência com vizinhos, convenções de condomínio e privacidade. Ademais, ao adentrar nesses espaços formalizados, surgem as contas de energia e de água, IPTU, taxa de condomínio, entre outras, as quais muitas famílias não possuem condições de arcar, ocasionando a evasão ou o endividamento das famílias beneficiadas. Portanto, torna-se um desafio o processo de obtenção da casa própria e legalizada, pois o direito à moradia deve vir articulado a outros direitos, como o direito de ir e vir, à educação, à saúde, à segurança pública.

Em suma, este estudo abordou o processo de implementação do programa de requalificação urbana em Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte, destacando a importância da população para formação e dinâmica desses locais. Nesse cenário, há o protagonismo dos moradores nas articulações políticas para promover melhorias na infraestrutura e serviços públicos. Para tanto, a partir dos relatos e histórias de vida da Dona Felipa, Seu Passarinho, Dona Leonor, Seu Zé Farias e Dona Ana, podemos compreender as histórias de formação das comunidades, o processo de participação

¹⁷ “Usucapião é o modo autônomo de aquisição da propriedade móvel e imóvel mediante a posse qualificada da coisa pelo prazo legal.” (COSTA, 1999).

social, as etapas da implementação da política de requalificação implementada pela CONDER, as dificuldades relacionadas ao reassentamento em espaços verticalizados e dificuldades com as novas despesas. Sendo assim, reforçamos nossa intenção de trazer para pesquisa abordagens que priorizassem as percepções dos seus moradores acerca das realidades e desafios enfrentados por essas comunidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, analisamos a requalificação urbana promovida pelo Governo do Estado em Salvador, com foco na participação dos moradores e na racialização do espaço urbano, tendo como sujeitos de pesquisa as comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte, localizadas no bairro de Cajazeiras VIII.

Ao longo da pesquisa, identificamos que Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte são duas comunidades distintas, com origens diferentes. Jardim das Mangabeiras surgiu a partir de uma ocupação, enquanto Chácara do Monte teve origem em um loteamento irregular. A metodologia adotada pela CONDER reforçou o entendimento jurídico da posse legal que ambas não possuem para igualá-las, mas os moradores fazem questão de ressaltar suas diferenças. O contrato de compra e venda é um marcador social em um país no qual o direito à moradia não é efetivamente garantido, apesar de estar assegurado pela Constituição Federal de 1988

Além disso, constatamos também a ausência de uma política consistente que articule as esferas federal, estadual e municipal que trate da habitação e urbanização de forma contínua. Essa ausência pode ser observada pelas ruas e casas que surgiram logo após o fim das intervenções voltadas para habitação.

Enfim, é no chão dessas comunidades que seus moradores constroem seus sonhos, suas vidas e suas lutas. Muitas dessas lutas estendem-se ao âmbito coletivo, seja por meio de associações comunitárias ou outros meios.

A participação dos moradores nos espaços destinados à participação no projeto de urbanização integrada implementado pela CONDER é significativa, mas a participação efetiva nas decisões relativas ao projeto físico, principal preocupação desses moradores, ainda é alvo de reclamações. Isso ocorre porque, apesar de atender ao Estatuto da Cidade e outros regulamentos, a CONDER não consegue garantir a efetividade dessa participação. Além disso, apesar de haver a participação de pessoas negras nesses espaços, não há uma intencionalidade de fato de atentar para a racialização do espaço urbano.

Obras de requalificação urbana transformam vidas e, em Salvador, devido ao processo de ocupação urbana, são vidas negras que são as mais impactadas.

Portanto, é urgente racializar o espaço urbano quando se trata de obras de urbanização de assentamentos precários.

Embora não haja autodeclaração de negritude nas comunidades de Jardim das Mangabeiras e Chácara do Monte, a história passada apresenta elementos claros de uma população negra. Diante disso, consideramos um bairro negro com pouca expressividade de negritude. Sendo assim, as comunidades são perpassadas pelo racismo antinegro, colocando seus moradores em situação de vulnerabilidade social e econômica.

A partir dessas análises, podemos concluir que a urbanização de assentamentos precários em Salvador é um processo complexo e desafiador. É necessário garantir a participação efetiva dos moradores, especialmente das pessoas negras, e racializar o espaço urbano para que essas obras sejam realmente transformadoras.

REFERÊNCIAS

ACERVO/MUSEU TEMPOSTAL. Campo Grande no fim do século XIX. 2022. Fotografia. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/salvador-passado-e-presente-exposicoes-celebram-aniversario-da-cidade/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ACERVO/MUSEU TEMPOSTAL. Postal reproduzindo um chafariz, local de abastecimento público de água, em Salvador. Fotografia. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/salvador-passado-e-presente-https://modosdefazer.org/2022/05/21/aceso-ao-ensino-superior-negros-na-educacao-da-bahia/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.1.

ALMEIDA, Tania Maria Scofield Souza. **Cajazeira**. Planejamento, processos de ocupação e contradições: Um percurso entre os discursos e as práticas que configuraram o território Cajazeira. Orientação: Prof. Dra. Paola Berenstein Jaques. 153 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2005.

ARAÚJO, Mariele S. **A medida das raças na mistura imperfeita**: o discurso racial de Pedro Calmon – 1922. Simões Filho: Kalango, 2015.

ASCOM/CONDER. Casas e Urbanização no Jardim das Mangabeira, 23 dez. 2011. Disponível em: <https://conder.ba.gov.br/multimidia/casas-e-urbanizacao-no-jardim-das-mangabeiras>. Acesso em: 20 maio 2023.

ASCOM/CONDER. Famílias recebem as chaves de suas novas moradias em Cajazeiras VIII, 13 jun. 2020. Disponível em: <https://conder.ba.gov.br/noticias/2020-06-13/familias-recebem-chaves-de-suas-novas-moradias-em-cajazeiras-viii>. Acesso em: 21 maio 2023.

ASCOM/CONDER; SECOM/GOVBA. Rui vistoria novas moradias em Cajazeiras VIII antes de entrega a 36 famílias, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://conder.ba.gov.br/index.php/noticias/2020-06-12/rui-vistoria-novas-moradias-em-cajazeiras-viii-antes-de-entrega-36-familias>. Acesso em: 20 maio 2023.

Assentamentos precários: orientação aos proponentes para elaboração de propostas 2ª fase do programa de aceleração de crescimento – PAC - eixo: Minha casa minha vida. [20--]. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/Sistematicas/pac2/habitacao/OrientacoesUrbanizacaoAssentamentosPrecarios.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

AUGEL, Moema. Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 1975. (292pp).

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade de Salvador**. Salvador: Editora Itapuã, 2ª ed., 1959.

BAHIA. **Viver Melhor**. Salvador: Solisluna Design de Editora, 2006.

BARBOSA, Ana Karoline Guedes Coelho. Instrumentos da política urbana no Estatuto da Cidade. Jusbrasil, 201-. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/instrumentos-da-politica-urbana-no-estatuto-da-cidade/701266779#:~:text=O%20Estatuto%20da%20Cidade%20tem,solo%20e%20de%20regulariza%C3%A7%C3%A3o%20fund%C3%A1ria>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BARBOSA, Nelma Cristina Silva. **Um texto identitário negro: tensões e possibilidades em Cajazeiras, periferia de Salvador**. Orientadora: Profª. Drª. Marinyze Prates de Oliveira. 278 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2009.

BRITTO, Lays, MELLO, Márcias; MATTA, Raissa da. O processo de transformação urbana de Salvador-BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, ano XIX, v. 2, n. 37, p. 111 – 127, ago 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4680>. Acesso em 20 mar 2022.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. As “Cidades” de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1724/1/Como%20anda%20Salvador_RI.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

CASTRO, Cássio Marcelo Silva. **Evolução das políticas habitacionais e o atendimento das demandas da população de baixa renda: estudo de caso do programa viver melhor em salvador**. 132 p. Trabalho de conclusão de curso (Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2001.

COMPANHIA de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Plano de Reassentamento de Jardim das Mangabeiras. Salvador: 2018.

COMPANHIA de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Projeto integrado de desenvolvimento sócio-ambiental. Salvador, 2007.

COSTA, Ana de Lourdes R. da. **Ekabó!** Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. Orientador: Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes. 1989. Dissertação (mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

COSTA, Dilvanir José da. Usucapião: doutrina e jurisprudência. Revista Brasileira de Direito, Brasília, v. 36, n. 143, p. 25-42, jul./set. 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/524/r143-25.PDF?sequence=4#:~:text=Usucapi%C3%A3o%20%C3%A9%20o%20modo%20a>

ut%C3%B4nomo,ou%20seja%2C%20adquirir%20pela%20posse. Acesso em: 14 jan. 2024.

CUNHA JUNIOR, Henrique. A espacialidade urbana das populações negras: conceitos para o patrimônio cultural. In: SANTOS, Marlene Pereira dos; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Afropatrimônio cultural**. Fortaleza: Editora Via Dourada, 2019.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN**, v.11, p.65-86, abri. 2019.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Bairros negros**: uma discussão necessária no ensino da sociologia no ensino médio. In: Anais do Encontro Nacional de Ensino de Sociologia no Ensino Básico - ENESEB, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/eneseb/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV148_MD1_SA103_ID1196_08042021005826.pdf. Acesso em: 08 maio 2023. Disponível em: <https://docplayer.com.br/108111243-As-estrategias-de-incorporacao-imobiliaria-e-a-configuracao-socioespacial-de-salvador.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **O escravismo criminoso no Brasil**. Out. 2023. Meio digital.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Método Afrodescendente**. [Texto em meio digital].

DOMINGUES, Cândido. Salvador da Bahia, um porto negreiro na América portuguesa (c. 1574 - c. 1822). Câmara Municipal de Sines, nov. 2017. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/60522/1/2017_candido_domingues_sines.pdf. Acesso em: 06 jan. 2023.

DOSSIÊ: Trajetórias das lutas das comunidades populares de Salvador (BA) pelo direito à moradia. **Cadernos CEAS**, Salvador, jul./ago. 2003. Disponível em: <https://revistas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/331>. Acesso em: 20 maio 2023.

ESPIÑEIRA, Maria Victoria. O partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairro. Salvador: EDUFBA, Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1997. ESPINHEIRA, Gey. Salvador: a cidade das desigualdades. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 184, p. 63-78, nov./dez. 1999.

FERNANDES, Ana; BARBOSA, Bruna Oliveira; ALMEIDA, Caio Anderson da Silva de; GUSMÃO, Luisa Almeida. O Epucs e a moradia pobre em Salvador nos anos 1940. Ineditismo, compromisso, dubiedades. *Arquitextos*, São Paulo, ano 20, n. 233.02, **Vitruvius**, out. 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.233/7545>. Acesso em: 09 mar. 2023.

FERNANDES, Rosali Braga. processos recentes de urbanização / segregação em Salvador: o miolo, região popular e estratégica da cidade. **Revista Bibliográfica De Geografía y Ciencias Sociales**, vol. IX, n 523, jul. 2004. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-523.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

FERREIRA, Apoena. Racismo antinegro e reordenamento socio – espacial em Salvador Bahia: a resistência do povo negro no Pelourinho – Centro Histórico de Salvador. In: CUNHA JÚNIOR, Henrique; BIÉ, Estanislau Ferreira (org.). **Bairros negros cidades negras**. Fortaleza: Editora Viadourada, 2019.

FREIRE, Maria Luiza Cardoso. **Da favela ao bairro: Limites visíveis da exclusão na área do Costa Azul**. 2010, 172 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, 2010. Disponível em: <<https://oatd.org/oatd/record?record=oai%5C%3Aucsal.br%5C%3A163>>. Acesso em 29 jun. 2020.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Escravismo e Cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. **Revista de Urbanismo e Arquitetura (RUA)**, Vol. 3, No 1. 1990. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1352>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GOVERNO DA BAHIA; CONDER; SURES. **Jardim das Mangabeiras II e III: Plano de gerenciamento de resíduos da construção civil**. Salvador: CONDER/SURES, 2012, 96 p.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA; SECRETARIA DO SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO. **Projeto Urbanístico Integrado Cajazeira: Síntese**. São Paulo: Cedurb, 1977, 41p. Plantas Arquitetônicas. Mapas. http://www.sim.salvador.ba.gov.br/caderno/Cadernos_da_Cidade.pdf. Acesso em: 05 abril 2018.

LEIRO, Mauricio. Rui teria plano de indicar Trindade para disputa com Bruno Reis em 2024; presidente da Conder teria confiança de Jerônimo. **Bahia Notícias**, [S.l.], 27 fev. 2023. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/277872-rui-teria-plano-de-indicar-trindade-para-disputa-com-bruno-reis-em-2024-presidente-da-conder-teria-confianca-de-jeronimo>. Acesso em: 19 maio 2023.

LINDEMANN, Rodolpho. Vitória. [--]. Fotografia. Disponível em: <http://www.salvador-antiga.com/vitoria/rodolpho-lindemann.htm>. Acesso em: 23 abr. 2023.

LUZ, Fabiana Cristina da. A dimensão racial nas políticas urbanas e habitacionais. **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: "Geografias Negras",

abril de 2020, p. 126-152. Disponível em:
<https://abpnrevista.org.br/site/article/download/859/785>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretária de Habitação. Urbanização de Assentamentos precários: orientação aos proponentes para elaboração de propostas 2ª fase do programa de aceleração de crescimento – PAC - eixo: Minha casa minha vida. [20--]. Disponível em:
<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/Sistematicas/pac2/habitacao/OrientacoesUrbanizacaoAssentamentosPrecarios.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MOURA, Clóvis. **A quilombagem como expressão de protesto radical**. 2001. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408011/mod_resource/content/1/MOURA-Clovis_A%20Quilombagem%20como%20expressao%20de%20protesto%20radical.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

MOURA, Milton. Organizações populares, cultura e habitação em Salvador. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela. **Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 70**. Salvador: Lab-Habitar, 1997.

MUNIZ, Alan Santos. **O papel da prefeitura-bairro na descentralização das políticas públicas: o caso da prefeitura bairro de Cajazeiras no município de Salvador**. 2019. Orientador: Prof. Dr. José Gileá de Souza. Dissertação (Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas) - Programa de Pós Graduação em Direito, Governança e Políticas Públicas, Universidade de Salvador, Salvador, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3 ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro, IPEAFRO, 2019.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador: Aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: Edufba, 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, v. 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resistencia%20cultural%20negra.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 12 (2), São João del Rei, maio-agosto de 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n2/16.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

NOGUEIRA, Renato. **Por que amamos**: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor. Rio de Janeiro: Haper Collins, 2022.

NOVAIS, Consuelo. **50 anos de urbanização**: Salvador da Bahia no século XIX. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Reinaldo José. A segregação racial e o pensamento urbanístico no Brasil. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/2aj5ekvpnfdp5g3tsrctuctdva/access/wayback/https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/download/427/256>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PALACIOS, M. das Graças L. de S. **A Reforma do Pelourinho**: o Período Pré-1992. Bolo Horizonte. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2009.

PALMA, Joelma Araújo Silva da. Idealizações modernas na cidade de Salvador 1935-1960. **Cadernos PPG-AU**, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/1282>. Acesso em: 09 mar.2023.

PANTA, Mariana. **População negra e o direito à cidade**: Interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 79-100, jan./abr. 2020.

PEARCE, J. The Streets of Salvador in the Nineteenth Century. [18--]. Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo19/pearce/salvador.htm>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: Edufba, 2011.

QUALISalvador: Qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia. 2018. Disponível em: <https://www.qualisalvador.ufba.br/home>. Acesso em: 23 abr. 2023.

RAMOS, Maria Estela. **Bairros Negros: uma Lacuna dos Estudos Urbanísticos** - Um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa. 2013 Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbano, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

REDAÇÃO JORNAL O SOLLO. Governo do Estado: mais de 230 famílias realizam o sonho da casa própria em Salvador. **O Sollo**, 25 out. 2017. Disponível em: <https://osollo.com.br/governo-do-estado-mais-de-230-familias-realizam-o-sonho-da-casa-propria-em-salvador/>. Acesso em: 21 maio 2023.

REIS, João José Reis. **A rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2003. 242 p. (Cidade aberta).

SALVADOR. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente. **Cadernos da cidade: Uso e ocupação do solo**. Salvador, 2009, vol I. Disponível em: http://www.sim.salvador.ba.gov.br/caderno/Cadernos_da_Cidade.pdf. Acesso em: 05 abril 2018.

SAMPAIO, Theodoro. **Salvador no século XVI - 1549**. [s.d.]. Página da Web. Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo16/salvador-1549.htm>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SANTOS, André L. Maciel dos. **Mapa 01 – Região Metropolitana de Salvador e subdivisões de Salvador por áreas**. In: VALVERDE, Thaianna de Souza. **As estratégias de incorporação imobiliária e a configuração socioespacial de Salvador: o caso do megaempreendimento Horto Bela Vista**. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/859352.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia; BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson; GAMA, Cínthia Mendes; FRÓES, Fátima (orgs). **QUALISalvador: Qualidade do Ambiente Urbano na Cidade da Bahia**. 2 ed. Salvador: Edufba, 2022.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Alberto Santos; FISCHER, Tânia. **O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador: {s.n.}, 2010. 486p.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **Geografia Religiosa Afro-baiana no Século XIX**. **Revista VeraCidade**, Ano IV, n. 5, 2009.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana**. Salvador: Edufba, 2008.

SILVA, Luciana da Luz. **Breve relato histórico da luta por moradia em Salvador: o caso da ocupação Quilombo de Escada**. **Antíteses**, vol. 1, n. 1, p. 118-150, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1933/193317377006.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

SILVA, Marcelo Vitale Teodoro da. **Territórios Negros em Trânsito: penha de França :: sociabilidades e redes negras na São Paulo do pós-abolição**. 2018. 307 f. Tese (Doutorado) - Curso de Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades,

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-27032019-170741/publico/2018_MarceloVitaleTeodoroDaSilva_VCorr.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

SILVA, Maria Alice Pereira da. **Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador**. Orientador: Fábio Vellame. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). – Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia. 2017.

SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da; SILVA, Paulo Santos (Org.). **Rastros bibliográficos: estudo de trajetórias** Salvador: EDUNEB, 2014.

SILVA, Renata Aquino da. **Afroinscrições negras em Petropolis: história, memórias e territorialidades**. Orientador: Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior. 2019. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/47694/3/2018_tese_rasilva.pdf. Acesso em: 17 abril 2023.

SILVA, Tatiana Dias. O estatuto da igualdade racial, Texto para Discussão, No. 1712, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/90923/1/719080320.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SOARES, Antonio Mateus de. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. **Geografias**, Belo Horizonte 05(1) 83-96 janeiro-junho de 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13265>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SOUZA, Angela Gordilho. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 2. ed. rev. e ampl Salvador: EDUFBA, 2008. 494p. ISBN 9788523205195 (broch.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Centro de Estudos Afro-Orientais. Mapeamento dos Terreiros de Candomblé de Salvador. Salvador, 2007. Disponível em: <www.terreiros.ceao.ufba.br>. Acesso em: 22 dez. 2022.

VALVERDE, Thaianna De Souza. **As estratégias de incorporação imobiliária e a configuração socioespacial de Salvador: O caso do megaempreendimento Horto Bela Vista**. Orientador: Fabricio Leal de Oliveira. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. Os agentes modeladores de Salvador no período colonial. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Unifacs, V. 2, N. 3, 2000.

VIRGENS, Caroline; RIBEIRO, Dindara; COPQUE, Naiara; BRITO, Priscila. Cajazeiras: entre antes e depois. **Leia Mais**. Salvador, jun. 2020. Disponível em: <https://leiamaisba.com.br/especiais/cajazeiras/>. Acesso em: 21 out. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2013.